

RECEPÇÃO

A seleção da informação no meio da floresta

**(O processo de Recepção e aproveitamento
de informações técnico-científicas no
interior do Estado do Amazonas)**

Margareth Queiroz

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação Social

RECEPÇÃO
A seleção da informação
no meio da floresta
(O processo de Recepção e aproveitamento
de informações técnico-científicas no
interior do Estado do Amazonas)

Margareth Queiroz dos S. Bártholo

Dissertação apresentada na
Universidade de Brasília (UnB), como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Comunicação
Social.

Orientador: Prof. Luiz Martins

Brasília - DF
1997

Aos produtores rurais do Amazonas, que teimam em cultivar o amor pela terra, ainda que tudo ao redor o empurre em outra direção.

Ao meu pai, *in memoriam*, e à minha mãe, aos quais devo absolutamente tudo.

AGRADECIMENTOS

Se não conseguisse, por algum motivo, escrever esta dissertação, teria que encontrar alguma outra maneira para agradecer publicamente a lição de recepção que recebi dos amigos Graça Attuch, Malena Rodrigues, Alfredo Obliziner e Graça Guimarães. Por culpa deles, o retorno acabou sendo tão dolorido quanto a partida.

Agradecimentos especiais aos profissionais do CPAA, que tornaram possível a conclusão da minha pesquisa. Não posso deixar de citar Dorremi Oliveira, pelos “conselhos”, Nádima Campelo, pelo incentivo, e todo o pessoal da Difusão de Tecnologia, da Biblioteca e da Informática. Também não poderia esquecer de mencionar o então Chefe geral do CPAA, na época em que fui selecionada para pós-graduação, Paulo Galvão, o Chefe geral no período em que permaneci em Brasília, João Luiz Hartz e o Chefe atual, Eduardo Morales.

Na UnB, agradeço o carinho e a atenção do Inácio Loyola; às aulas da Zélia Adghirni e do Luiz Gonzaga Motta que, pelo caminho da produção da notícia, me levaram a entender um pouco mais a recepção; e, não poderia deixar de ser, à paciência e dedicação do meu orientador, Luiz Martins.

Deixo para o final de propósito, agradecimentos a pessoas que tornaram o Mestrado em Brasília uma realidade: minhas irmãs, Marlene e Graça Queiroz, sempre de prontidão para que nada pudesse faltar; meus filhos, Yan e Daniel, e meu marido, Sérgio Bártholo, que não pensaram duas vezes em largar tudo para embarcar comigo nessa aventura.

SUMÁRIO

RESUMO	V
SUMMARY	VI
INTRODUÇÃO	1
I - METODOLOGIA	4
1. O OBJETO, A HIPÓTESE E A BASE TEÓRICA	4
2. O MÉTODO.....	6
3. A PESQUISA	9
II - ASPECTOS TEÓRICOS	11
1. OS EFEITOS - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
2. A RECEPÇÃO	15
2.1. <i>Agenda-setting</i>	15
2.2. <i>Conhecimento</i>	18
2.3. <i>Receptor</i>	20
III - VIDA RURAL NO AMAZONAS	22
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS	22
2. PARINTINS - A FERTILIDADE DA VÁRZEA.....	26
3. RIO PRETO DA EVA - A ARIDEZ DA TERRA FIRME.....	29
IV - A ENTREVISTA	31
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	31
2. A COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL.....	41
2.1. <i>Uso ou Consumo</i>	48
2.2. <i>Seleção/Leitura</i>	52
2.3. <i>O uso por si mesmo - diferentes leituras</i>	57
2.4. <i>Condições de Recepção - Passividade ou Astúcia</i>	59
2.5. <i>Considerações</i>	67
V - CONCLUSÕES	70
BIBLIOGRAFIA	74

RESUMO

A pesquisa concentra-se no processo de recepção e aproveitamento de informações técnico-científicas em duas comunidades do interior do Estado do Amazonas: São Sebastião do Boto, em Parintins, e Ramal do Manápolis, em Rio Preto da Eva. Mostra que os produtores rurais selecionam as informações que irão adotar na atividade agrícola, utilizando como critérios a proximidade com a realidade em que vivem e a disponibilidade financeira para aplicá-las.

O julgamento que fazem das informações recebidas é influenciado pela experiência, pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos. É assim que decidem o que fazer das informações: usar, arquivar para sacar em momento apropriado ou ignorar, descartar.

O trabalho também constata que o produtor rural, mesmo quando gostaria de contestar, não o faz de forma incisiva, não porque seja passivo, mas porque sente que precisa ficar calado para conseguir manter recursos de projetos do Governo ou contar com a boa vontade dos técnicos que trabalham na região.

SUMMARY

This research deals with the process of collection and manipulation from techno-scientific from two communities of the interior of the Amazon state: São Sebastião do Boto, in Parintins, and Ramal do Manápolis, in Rio Preto da Eva. The work shows that the rural producers select the information that will be applied in the agricultural activity, utilizing as criteria its adequacy with the reality in which they live and the financial disonibility to put them in pratice.

The judgement of the information collected is fluenced by the experience and the knowledge acquired along the years. In this way they decide what to do with the information available: to make use of it and save it to use in the dispose of it.

The work also shows that the rural producer, even when he wants to contest, he does not it in a incisive manner, not because he is passive, but because he feels that it is necessary to be silent in order to be able to maintain the finantial resources for the projects financed by the government or to rely on the good will of the technitians that work in the region.

“As pessoas vêm televisão, ouvem rádio, vão ao cinema, lêem jornais e revistas, mas não são apenas telespectadores, ouvintes e leitores. São também cidadãos, pessoas com histórias vividas, sonhos e desejos, normas e valores individuais e sociais”

(Mauro Wilton de Sousa, 1995)

Introdução

Um dos principais problemas enfrentados pelas instituições de pesquisa e extensão do Estado do Amazonas é o de fazer chegar ao produtor rural as informações técnico-científicas capazes de ajudar no desenvolvimento agrícola da região. A situação da agricultura do Estado é precária, condicionando-o à dependência de outras regiões para abastecê-lo. A maior parte da produção agrícola é de subsistência.

Vários fatores contribuem para o agravamento crescente do quadro. Entre eles, a inexistência de uma política agrícola séria para a região e a distância geográfica entre os municípios que dificulta a locomoção dos técnicos.

Por causa da fragilidade do contato com o produtor rural, tem-se a idéia do homem do campo como alguém desprotegido de informações, e por isso sujeito às manipulações do meio (técnicos e autoridades da região), bastando apenas convencê-lo de que determinadas tecnologias lhe serão benéficas - e aí o entrave maior é a falta de recursos para adotá-las.

O produtor rural da região ainda é visto como receptor passivo. Suas ações são entendidas na medida exata em que se expressam. Se adota a tecnologia, é porque conseguimos convencê-lo de que trará resultados benéficos à sua propriedade. Se não adota, é esquecido.

Exatamente essa diferença de manifestação e o que existe por trás de cada ato é que chamou a atenção para este trabalho. Notei que os produtores rurais, em eventos em que os técnicos demonstravam novas tecnologias, portavam-se como receptores ativos (ainda que fossem mais tarde descartados dos projetos, como pessoas que não demonstraram interesse em participar), contestando as informações técnicas, por mais benéficas que pudessem parecer, com argumentos respaldados em sua própria experiência de vida e de trabalho com a terra.

A partir daí, surge muito claro a hipótese, à qual me volto na pesquisa, de que o produtor, antes de se decidir por adotar uma nova tecnologia ou uma simples sugestão dos técnicos, mesmo comprovadas cientificamente, efetua uma série de operações tomando como base a sua realidade cotidiana e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, inclusive transmitidos por gerações anteriores e/ou gerados pela troca de informações entre seus pares.

O enfoque da recepção como se apresenta na presente pesquisa, rompendo com o modelo mecânico, no qual comunicar é fazer chegar uma informação, um significado pronto, já construído, de um lado a outro da cadeia de comunicação (emissão - recepção), é uma tendência que vem se fortalecendo desde o final dos anos 70. Portanto, não é mais uma novidade. Sabe-se hoje, apesar de alguns estudos ainda insistirem no receptor totalmente desprotegido, que não é possível deduzir efeitos *a priori*, saber

como se dará a reação antes que esta ocorra. Entretanto, desconheço a existência de pesquisas que verifiquem o que está em jogo no momento da recepção - quais os critérios que entram em cena para ajudar o receptor a julgar a pertinência de uma informação; o que faz com que algumas informações passem a fazer parte do seu acervo de conhecimentos, enquanto outras são sumariamente ignoradas. Mais ainda: não existe qualquer estudo nesse sentido que tenha sido realizado no campo e, principalmente, em uma região onde os produtores rurais são tradicionalmente rotulados como passivos.

O convívio com o meio rural mostra que a passividade muitas vezes se revela como uma forma de astúcia, de resistência. É preciso calar para obter recursos necessários à sobrevivência. Mostra também que o produtor rural sabe a hora em que pode e deve se manifestar. E aí, faz uso da sua experiência, do conhecimento adquirido ao longo dos anos. Não demonstra qualquer constrangimento em contrapor com os argumentos dos cientistas.

A pesquisa mostra que mesmo a adoção de tecnologias não deve ser entendida como pura e simplesmente a aceitação do que está sendo sugerido. O produtor rural, como qualquer outro receptor, é movido por sentimentos particulares, que determinam as suas ações - adotar, armazenar ou rejeitar -, os quais nem sempre explicita.

A pesquisa se propõe a contribuir para desvendar um pouco mais o jogo da comunicação, visto propositadamente pela ótica do receptor. Mostra que a audiência que se toma como mais desarmada para essa batalha, surge equipada (é claro que ainda não suficientemente; o emissor também tem se munido de arsenais poderosos) com instrumentos fabricados no próprio cotidiano.

Espera-se que este trabalho, que se propõe a ver a comunicação pelos olhos da recepção, seja útil para que se construa um diálogo mais honesto e proveitoso entre as instituições que atuam com pesquisa e extensão, principalmente na região e especialmente com pequenos produtores rurais.

O trabalho se divide em cinco capítulos, que abordam os seguintes temas:

Metodologia - Discorre sobre o objetivo da pesquisa, a hipótese, as bases teóricas a que recorre, o método aplicado para colher as informações e a forma como a pesquisa foi conduzida.

Aspectos teóricos - Faz uma revisão bibliográfica sobre os estudos dos efeitos que dão sustentação à perspectiva da recepção como parte integrante de um jogo de mediações. O paradigma do *agenda-setting* surge como fator que contribuiu para essa nova postura em relação à recepção, na medida em que prevê um espaço de movimentação para o receptor - a influência exercida sobre ele varia de acordo com as informações sobre as quais

possui domínio. Ainda nesse capítulo, os estudos de Berger e Luckmann são usados na compreensão de como se processa o “conhecimento” na realidade cotidiana.

Vida rural no Amazonas - São apresentados dados específicos da região, que a caracterizam, e informações sobre o modo de vida e de trabalho do produtor rural. Faz também um relato das condições encontradas nas comunidades objeto da pesquisa.

A Entrevista - Trata diretamente do resultado das entrevistas, mostrando quem é o produtor rural das comunidades selecionadas, uma caracterização geral; a importância da comunicação na sua vida; a diferença entre uso e consumo de informações no meio rural; a seleção das informações e as condições de recepção, quando passividade e astúcia se confundem.

Conclusões - Faz um apanhado do que se evidencia na pesquisa, cruzando as informações mais importantes.

I - METODOLOGIA

1. O Objeto, a Hipótese e a Base Teórica

O objeto da pesquisa é o processo de recepção e aproveitamento de informações técnico-científicas no interior do Estado do Amazonas. A pesquisa consiste em verificar a hipótese de que os produtores rurais selecionam as informações que irão adotar para resolver os seus problemas no campo, supostamente tomando como base a sua realidade cotidiana e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, inclusive transmitidos por gerações anteriores e/ou gerados pela troca de informações entre seus pares.

A idéia é verificar, como propõe Martín Barbero em artigo intitulado “América Latina e os anos recentes”, “não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura” (Barbero, 1995:55)¹. Para isso, será preciso verificar quais os critérios que o produtor adota para selecionar uma informação e usá-la na sua vida diária, quais os julgamentos envolvidos nesta operação.

A hipótese parte do pressuposto de que os produtores rurais, enquanto receptores, mesmo reconhecendo o conhecimento científico que os técnicos detêm, não aceitam de forma automática as informações/sugestões que lhes são transmitidas. Antes de se decidirem por adotar uma nova tecnologia ou uma simples sugestão dos técnicos, mesmo comprovadas cientificamente, efetuam uma série de operações, que os permitem julgar e selecionar as informações, decidindo o que será adotado na vida cotidiana, no trabalho no campo, e o que ficará apenas armazenado, arquivado, para ser usado eventualmente.

As questões que pretendo abordar nasceram de situações as quais presenciei, entre pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e produtores rurais do Estado do Amazonas, em eventos em que são realizadas demonstrações de novas tecnologias. Muitas vezes, os produtores contestam as informações técnicas, por mais benéficas que possam parecer, com argumentos respaldados em sua própria experiência de vida e de trabalho com a terra. Situações dessa natureza, reforçam a hipótese de que o produtor não é um receptor passivo, como se costuma rotular os que não reagem incisivamente às informações do meio.

¹O artigo está publicado no livro *Sujeito, o lado oculto do Receptor*, organizado por Mauro Wilton de Sousa, a partir de exposições apresentadas em outubro de 1991 em um seminário na Escola de Comunicações e Artes da USP.

Mas que possui características próprias, muitas vezes fazendo da suposta passividade um sinal de astúcia, de sobrevivência.

O enfoque em que o receptor deixa de ser visto como pobre coitado manipulado pelo emissor, é um campo vasto para abordagens teóricas de várias matizes e para diversos ângulos de investigação. Optei pelos que considereei dar conta de responder às minhas indagações, dentro de um quadro que privilegia a questão da relativização. É assim, portanto, que tomo emprestado conceitos e estudos de outras áreas, que considereei úteis para melhor focar a recepção, já que a bibliografia específica, principalmente em se tratando de área rural, é um pouco restrita. Além dos trabalhos com recepção, faço uso de autores que trabalham com análise de discurso, narrativa de ficção, *agenda-setting*, produção da notícia, sociologia do conhecimento, antropologia social, cotidiano, dentre outros.

A pesquisa tem como pano de fundo teórico a Antropologia Social e/ou Cultural (ou Etnologia), uma disciplina onde o conhecimento do homem sobre ele mesmo é variado e infinito na sua profundidade e grandeza, pois, como coloca DaMatta, o homem é tudo o que se manifesta na sociedade e na sociabilidade. Seu retrato completo é altamente problemático e deficiente (DaMatta, 1993:13). Casa com o propósito da pesquisa em não pretender se apresentar como uma certeza absoluta. E sim, como um leitura possível da vida rural, privilegiando o aspecto da recepção. Uma leitura que procura ser isenta e verdadeira, mas que entende que o próprio ato de se voltar para um determinado tema já é um ato carregado de intenções, de subjetividades. Não é mais um olhar puro.

Entende-se que as verdades não são absolutas e que o homem é um ser dinâmico, não é um ser acabado. As situações sociais, como coloca DaMatta, são complexas e de difícil controle. E as reconstruções, nas ciências sociais, ao contrário das realizadas pelos cientistas naturais, são sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidade e perspectivas. Ainda que possam ser observadas, são quase sempre impossíveis de serem reproduzidas.

DaMatta reforça esse pensamento, quando diz que a matéria-prima das chamadas ciências sociais são “eventos com determinações complicadas e que podem ocorrer em ambientes diferenciados tendo, por causa disso, a possibilidade de mudar seu significado de acordo com o ator, as relações existentes num dado momento e, ainda, com sua posição numa cadeia de eventos anteriores e posteriores” (DaMatta, 1993:18 e 19).

Todos esses fatores explicam também o fato de a pesquisa ser qualitativa, uma opção reconhecidamente arriscada, porque, para muitos, a credibilidade de uma pesquisa ainda se mede por dados quantitativos, mediante fórmulas e diagramas. Posicionando-se contra esse tipo de entendimento, Howard Becker afirma que os métodos qualitativos não são tão diferentes dos métodos quantitativos. Ambos tentam descobrir algo que

valha a pena saber, ambos tentam persuadir um público de que de fato aprenderam algo que não era conhecido antes (Becker, 1994:14). Os problemas que geralmente são identificados como das análises qualitativas, ele assegura, também fazem parte das preocupações nas análises quantitativas. Dizem respeito a problemas de má-fé ou de fraudes cometidas por entrevistadores, fantasmas que não assombram apenas a análise qualitativa.

Mais radical ainda do que Becker posiciona-se Jean Chesneaux ao afirmar que os quantificadores negligenciam o que é incerto, o que é subjetivo. “(...) as cifras nutrem seus vorazes computadores” (Chesneaux, :72). Ele considera que é pela reflexão, pela análise qualitativa, que se pode pretender traçar uma tipologia “que nunca será quantificável”. Diz que a análise qualitativa é infinitamente mais operacional, mais rica de ensinamentos.

2. O Método

Devido à extensão da região e a dificuldade geográfica em realizar uma pesquisa mais abrangente, delimito como área de estudo a comunidade de São Sebastião do Boto, no município de Parintins, a 370 km de Manaus, e a comunidade conhecida como Ramal do Manápolis, em Rio Preto da Eva, a 80 km da capital do Amazonas. No primeiro caso, a escolha deveu-se ao fato de Parintins possuir o maior número de propriedades rurais do interior do Estado, chegando a 5.344, conforme os últimos dados (de 1985) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com estes números, Parintins só perde para Manaus, com 40.639 propriedades. Além disso, Parintins pode ser tomada como exemplo de situação em que vive a maioria dos municípios do Estado (51, de um total de 62), com acesso somente por via aérea e/ou fluvial, dificultando, por exemplo, o envio de impressos atualizados.

No caso de Rio Preto da Eva, por ser exatamente o oposto de Parintins em termos de acesso. Rio Preto fica a 80 km de Manaus, com acesso por estrada, a Embrapa tem projetos implantados no município e o Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (Idam) - antiga Emater - tem um escritório ali instalado.

Logo no primeiro momento, percebeu-se a dificuldade em verificar as hipóteses propostas, devido a exiguidade do tempo - as informações recebidas através dos meios de comunicação nem sempre são adotadas de imediato e nem sempre o produtor, ao adotar uma idéia ou sugestão, lembra a sua origem. As informações, muitas vezes, ficam apenas armazenadas como possibilidades objetivas, que podem ser sacadas para resolver problemas semelhantes, ou apenas para serem transmitidas a seus companheiros ou a outras gerações.

Por causa das limitações, optou-se por trabalhar usando a entrevista como instrumento, por considerá-la adequada aos propósitos da pesquisa, de resgatar algo que não está registrado em documentos. Segundo Oracy Nogueira, a entrevista é o instrumento por excelência da investigação social e o mais constantemente usado pelos pesquisadores, quer no campo da Sociologia, quer no da Antropologia Social/Etnologia. Deve-se recorrer a ela quando, como no caso desta pesquisa, se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias e que se espera que alguém esteja em condições de prover. “Assim, se se trata de conhecer a atitude, preferência ou opinião de um indivíduo a respeito de determinado assunto, ninguém está mais em condições do que ele para dar tais informações. Somente em casos excepcionais tais dados podem ser fornecidos por terceiros ou encontrados em fontes documentárias” (Nogueira, 1975:111 a 113).

É um método apropriado para pesquisas qualitativas que, como esta, pretendam evitar amarrar-se em um quadro de força estatístico, que possa ser aplicado a qualquer receptor indiscriminadamente. É um método indicado para constatação de fatos que variam de pessoa para pessoa e de circunstância para circunstância, como é o caso.

Existe muita polêmica quanto ao método ideal para trabalhar com a recepção. Esse foi um dos temas mais discutidos no grupo Televisão e Audiência, no V Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)². Considerou-se que o acompanhamento no ato da recepção, através da observação, é problemático, por exemplo, porque o entrevistado dificilmente fica à vontade e reage normalmente frente ao entrevistador, o que poderia resultar em colher falsas manifestações. O entrevistado fica constrangido.

No Compós, Fausto Neto apresentou a “discussão em grupo” como uma alternativa que vem aplicando nas suas pesquisas³. O método consiste em, após as sessões de audiência, entrevistadores reunirem-se com entrevistados para discutir, à base de técnicas semi-diretivas, questões previamente estabelecidas. Na reunião são abordados aspectos gerais do programa assistido e fragmentos especiais, que permitam entender como se dá o processo de leitura do receptor.

Esse método foi também considerado problemático pelos membros do grupo Televisão e Audiência do V Compós, porque os entrevistados podem ser suggestionados a pensar e a dizer determinadas coisas em função das considerações dos demais no momento das discussões. As declarações não são espontâneas e as reações frente aos meios não são as mesmas colocadas em grupo, estas influenciadas pelas opiniões dos participantes.

²O V Compós ocorreu em 1996, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

³Ver o texto “O Outro Telejornal”, apresentado no V Compós.

Segundo Triviños, para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semi-estruturada (chamada de etnográfica por Spradley, citado por Triviños), a qual optei por adotar, é um dos meios ideais porque, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (Triviños, 1995: 145 e 146). A entrevista semi-estruturada, ele explica, parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe as respostas do informante.

As perguntas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que o interessa. Funciona como uma lista de tópicos baseados na sua definição anterior do problema e na compreensão do fenômeno pesquisado (Bernard Phillips, 1974:166).

A entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua *totalidade, tanto dentro de uma situação específica como de situações de dimensões maiores*. Nesse tipo de entrevista, explica Phillips, o entrevistador deve fazer certo número de perguntas principais e específicas, mas é livre para ir além das respostas dadas a essas perguntas (Phillips, 1974:165). Também deixa o entrevistado à vontade para falar, o que não acontece, por exemplo, com os questionários, para os quais as respostas são limitadas.

William Goode e Paul Hatt consideram como vantagem da entrevista qualitativa sobre outros métodos, o fato de permitir ao entrevistador reformular a questão para adequá-la à compreensão do momento. Isso, segundo eles, permite uma informação mais adequada das respostas para cada questão (Goode e Hatt, 1977:239).

Um argumento muitas vezes usado contra a entrevista como método, é o fato de o comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pois os indivíduos tendem a dizer aquilo que eles crêem que é socialmente aceito. Este é um problema real para a pesquisa de levantamento, mas não parece insuperável na opinião de Phillips, que argumenta que o mesmo tipo de problema também ocorre no contexto do experimento. “Se os indivíduos podem dar respostas verbais socialmente aceitas eles podem também tentar agir de acordo com aquilo que acreditam ser as expectativas do experimentador” (Phillips, 1974:162).

Sobre o problema de se trabalhar com fonte oral, outra preocupação, Michael Pollak diz que não há diferença fundamental da fonte escrita. As críticas se aplicam a qualquer uma. Nem mesmo a fonte escrita, na sua avaliação, pode ser tomada tal e qual se apresenta. Todo o trabalho do

historiador (e isso se aplica a qualquer pesquisador) já se apóia numa primeira reconstrução (Pollak, 1992).

Pollak considera que não existe método superior a outro. Os dois possuem vantagens e desvantagens, mas muita coisa pode ser feita para suprir as desvantagens e aumentar as vantagens de ambos. Nessa mesma linha de raciocínio, Oracy Nogueira orienta que o que deve ser feito é tomar todas as precauções possíveis para evitar falhas e aumentar a validade dos dados obtidos (Nogueira, 1975:113).

3. A Pesquisa

A entrevista aplicada na pesquisa teve questões pré-fixadas, semi-estruturadas, porém abertas a todas as manifestações do entrevistado que pudessem ajudar no trabalho. As conversas com os produtores rurais não foram gravadas propositadamente, para evitar tornar-se um fator inibidor. Tiveram como orientador um roteiro em que são abordados os seguintes pontos: 1. Informações gerais, para caracterizar os produtores (nome, idade, profissão, escolaridade, estado civil, número de filhos, número de residentes por casa, tamanho da propriedade, espécies produzidas, comercialização e renda); 2. A comunicação no meio rural (meios de comunicação sintonizados, veículos pelos quais recebem as informações técnico-científicas, uso ou consumo das informações/leitura, critérios de seleção das notícias); 3. Condições de recepção/ passividade ou astúcia (como se sente enquanto receptor - crítica ou passividade sobre o que recebe e formas de manifestação).

A entrevista foi aplicada entre os produtores da comunidade de São Sebastião do Boto, a 1 hora de barco da sede do município de Parintins (AM), a 370 km de Manaus. A comunidade possui 42 famílias, grande parte com algum vínculo de parentesco entre si. Foram entrevistados 13 produtores, um de cada propriedade, todos vinculados a Associação de Produtores da comunidade.

A escolha de São Sebastião do Boto, na verdade, foi puramente ocasional, em função de o barco do Idam, já acertado para levar a uma outra comunidade de Parintins, previamente selecionada, ter apresentado problemas mecânicos. Restou a alternativa de acompanhar um grupo que se deslocava para a comunidade de São Sebastião do Boto, onde permaneci durante um final de semana, de sexta a domingo, no mês de julho de 1996, acompanhando e vivendo o ritmo de seus habitantes.

Apesar de casual, a escolha não prejudicou o trabalho, uma vez que São Sebastião do Boto é uma das áreas que mais produzem hortaliças na região, tendo inclusive um “produtor modelo”, premiado pelo Ministério da Agricultura.

Em contraponto às informações colhidas em São Sebastião do Boto, a mesma entrevista foi aplicada entre os produtores rurais da comunidade Ramal do Manápolis, no município de Rio Preto da Eva, com acesso à capital por estrada, teoricamente facilitando a entrada de revistas e jornais, ainda que não tão atualizados. Ao contrário de São Sebastião, uma área que só tem acesso a qualquer outra comunidade através do rio e que, por isso, tem dificuldade para receber informações que não sejam pelo rádio.

Manápolis faz parte de um projeto desenvolvido pela Embrapa em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Idam e a Prefeitura de Rio Preto da Eva. São Sebastião, quando muito, recebe apenas a visita dos técnicos do escritório local do Idam.

A comunidade de Manápolis fica em um ramal localizado no km 130 da divisa entre os municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara. O ramal se estende por mais 18 km adentro, sendo margeado por várias propriedades, resultado de assentamento promovido pelo Incra. Foram entrevistados 11 produtores da comunidade, um de cada propriedade.

O resultado das entrevistas consiste no corpus da pesquisa, que pretende contribuir no sentido de ampliar a discussão sobre a recepção, que começou a se acalorar no final dos anos 70, quando os movimentos do receptor passaram a ser problematizados, em todos os seus meandros e variações, deixando de ser entendidos apenas como manifestação de passividade, de alguém que somente usa as informações que recebe, sem questioná-las. Digo ampliar porque, apesar de o assunto já vir sendo discutido na linha que proponho, não conheço trabalhos que tenham verificado como se dá o processo de recepção na área rural. Levando principalmente em consideração que, na área rural, é onde invariavelmente, no caso da região amazônica, conta-se com um público com baixa escolaridade, teoricamente mais propenso a ser influenciado pelos *media*.

A presente pesquisa não tem a pretensão de se apresentar como um trabalho acabado, com dados conclusivos, até por considerar que um discurso não produz um único e só efeito. Seria contraditório, portanto, produzir afirmações que venham a concluir que o receptor age desta ou daquela maneira, desconhecendo as variações de pessoas e de circunstâncias. Considera-se que o importante será contribuir no sentido de gerar mais discussões sobre o tema, mostrando que é impossível deduzir efeitos *a priori*.

Propositadamente, pretende-se conhecer o outro lado da moeda, ou seja, o receptor pelo próprio receptor e não mais por pistas na mensagem ou pela produção. O objetivo, com isso, é procurar identificar lapsos nesse relacionamento que talvez nem mesmo receptor e emissor se apercebam. Tudo isso para, no final, propor alternativas que ajudem a estabelecer um diálogo mais eficaz e eficiente entre o produtor rural da região e seus emissores - pesquisadores, extensionistas, jornalistas.

II - ASPECTOS TEÓRICOS

1. Os Efeitos - revisão bibliográfica

Antes de tratar diretamente sobre a recepção, será necessário retroceder nos estudos sobre os efeitos, para entender como o receptor aparece ao longo das pesquisas em comunicação.

Durante muito tempo, o estudo sobre os efeitos em comunicação permaneceu associado ao que Schulz (citado por Wolff, 1985:125) define como “Transfermodell der Kommunikation” e que implica nas seguintes premissas:

- a. os processos comunicativos são assimétricos: existe um sujeito ativo que emite o estímulo e um sujeito passivo que é impressionado por esse estímulo e que reage;
- b. a comunicação é individual; é um processo que diz respeito, antes do mais, a cada indivíduo e que deve ser estudado nesses indivíduos;
- c. a comunicação é intencional; o início do processo, por parte do comunicador acontece intencionalmente e dirige-se, em geral, a um objetivo; o comunicador visa um determinado efeito;
- d. os processos comunicativos são episódicos: o início e o fim da comunicação são limitados no tempo e os episódios comunicativos têm um efeito isolável e independente (Shulz, 1982:52).

Fazendo uma retrospectiva, percebemos que as características enumeradas se desenvolvem ao longo dos anos, acompanhando os diversos problemas que vão aflorando, atravessando perspectivas e disciplinas, multiplicando hipóteses e abordagens. Vêm sendo contestadas desde o final dos anos 70, período que representou uma reviravolta nos estudos em comunicação. Apesar disso, ainda hoje aparecem em algumas obras, mesmo que de forma camuflada ou quase imperceptível, até mesmo para seus autores.

A base dessa abordagem se situa entre os anos 20 e 30, época da difusão das comunicações de massa em larga escala e, conseqüentemente, da primeira grande reação dos estudiosos em se voltar para o fenômeno, até por causa da coincidência com a eclosão das duas guerras mundiais e da comunicação ter sido largamente usada como instrumento para esse fim. A preocupação dos estudiosos, portanto, voltava-se para os fatores retóricos psicológicos utilizados pelas propagandas. O modelo hipodérmico, predominante na época, defendia a tese de que “cada elemento do público é pessoal e diretamente ‘atingido’ pela mensagem” (Wright, 1975:79, citado por Wolff, 1985:20).

Mauro Wolff afirma que os principais elementos que caracterizam o contexto da teoria hipodérmica são, por um lado, a novidade do próprio fenômeno das comunicações de massa e, por outro, a ligação desse fenômeno às trágicas experiências totalitárias daquele período histórico. “Encerrada entre estes dois elementos, a teoria hipodérmica é uma abordagem global aos *mass media*, indiferente à diversidade existente entre os vários meios e que responde sobretudo à interrogação: que efeito têm os *mass media* numa sociedade de massa?” (Wolff, 1985:20).

O autor diz que a principal componente da teoria hipodérmica é a presença explícita de uma “teoria” da sociedade de massa, enquanto, no aspecto “comunicativo”, opera uma teoria psicológica da ação. Por tê-la como tema central, o modelo hipodérmico é descrito por Wolff como uma teoria da propaganda e sobre a propaganda.

Pela teoria hipodérmica, “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados” (Wright Mills, 1963:203, citado por Wolff, 1985:24 e 25). Ou seja, se as mensagens da propaganda conseguem alcançar os indivíduos que constituem a massa, a persuasão é facilmente “inoculada”. Se o “alvo” é atingido, a propaganda obtém o êxito a que antecipadamente se estabeleceu. Se uma pessoa é por ela “apanhada”, pode ser controlada, manipulada, levada a agir.

“A audiência era concebida como um conjunto de classes etárias, de sexo, de casta, etc., mas dava-se pouca atenção às relações que lhe estavam implícitas ou às ligações informais. Não porque os estudiosos de comunicações de massa ignorassem que os componentes do público tinham família e grupos de amigos, mas porque se considerava que nada disso influenciava o resultado de uma campanha propagandística, ou seja, as relações informais entre as pessoas eram tidas como irrelevantes para as instituições da sociedade moderna” (Katz, 1969:113, citado por Wolff, 1985:27).

Wolff argumenta que, mais do que um modelo sobre o processo de comunicação, a teoria hipodérmica é uma teoria da ação elaborada pela psicologia behaviorista, onde o elemento crucial é representado pelo estímulo, que inclui os objetos e as condições exteriores ao sujeito, que produzem uma resposta (Wolff, 1985:24). O comportamento é descrito na forma de estímulos e respostas, que pressupõem-se mutuamente. “Estímulos que não produzem respostas não são estímulos. E uma resposta tem necessidade de ter sido estimulada. Uma resposta não estimulada é como um efeito sem causa”(Lund, 1933:35, citado por Wolff, 1985:25). Na verdade, durante o período da teoria hipodérmica, os efeitos, na sua maior

parte, não são estudados, são dados como certos. A massa é atomizada, alienada.

A teoria hipodérmica deixa como herança, a influenciar modelos que se desenvolverão a partir de então, o pressuposto de que a iniciativa parte exclusivamente do emissor e os efeitos recaem exclusivamente sobre o receptor. Porém, mesmo quando transformou-se em um paradigma de pesquisa concreto, relata Wolff, mostrava resultados que contradiziam as suas fundamentações. Ou seja, a audiência decidia se e o que devia escutar. A comunicação podia não provocar qualquer efeito ou provocar efeitos opostos aos previstos.

Wolff informa que a superação e a inversão da teoria hipodérmica deu-se segundo três diretrizes distintas, mas em muitos aspectos interligadas e sobrepostas: a primeira e a segunda, centralizadas em abordagens empíricas do tipo psicológico-experimental e do tipo sociológico; a terceira, representada pela abordagem funcional à temática dos meios de comunicação.

A primeira tendência estuda os fenômenos psicológicos individuais que constituem a relação comunicativa. É o que ele chama de abordagem empírico-experimental ou “da persuasão”, que se desenvolve a partir dos anos 40, paralelamente à abordagem empírica de campo. Essa linha, torna evidente, pela primeira vez, a complexidade dos elementos presentes na relação entre emissor, mensagem e destinatário. “Persuadir os destinatários passa a ser um objetivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos fatores pessoais que o destinatário activa quando interpreta a própria mensagem” (Wolff, 1985: 29 e 30).

As diferenças individuais são assim percebidas, o que conduz a existência de variações nos efeitos. Por esse raciocínio, a audiência tende a expor-se à informação que está de acordo com as suas atitudes e a evitar as demais. O público se expõe aos meios de comunicação protegidos por “predisposições”.

A segunda tendência é denominada por Wolff de abordagem empírica de campo ou “dos efeitos limitados”. Caracteriza o início da pesquisa sociológica empírica sobre as comunicações de massa, trazendo os efeitos dos meios ainda como problema fundamental. Porém, fala em “influência” e não mais em manipulação, como na teoria hipodérmica, ou persuasão, da teoria psicológica-experimental. Engloba não apenas a influência que é exercida pelos *mass media*, mas a que está presente nas relações comunitárias. Associa os processos de comunicação de massa com as características do contexto social em que se realizam.

A terceira tendência denomina-se teoria funcionalista das comunicações de massa. A questão central deixa de ser os efeitos para dar lugar às funções exercidas pela comunicação de massa na sociedade. Wolff explica que há o abandono da idéia de um efeito intencional, de um

objetivo do ato comunicativo subjetivamente perseguido, para voltar a atenção nas consequências objetivamente averiguáveis da ação dos *mass media* sobre a sociedade no seu conjunto ou sobre os seus subsistemas (Wolff, 1985:55 e 56). Além disso, enquanto as duas teorias que a antecedem voltavam-se para situações especiais, como “campanhas” (eleitorais, informativas etc), esta estuda as funções dos *mass media* em situações “normais” e usuais da produção e difusão cotidiana das mensagens de massa. Representa uma transição entre as teoria que se concentram em efeitos a curto prazo e as hipóteses que se formulam a partir daí sobre os efeitos a longo prazo.

A abordagem funcional passa da pergunta “o que é que os *mass media* fazem às pessoas?” para “o que é que as pessoas fazem com os *mass media*?”. A mudança de perspectiva, segundo ele, baseia-se no pressuposto de a mensagem só chega a influenciar o indivíduo quando ele faz uso dela no contexto sócio-psicológico em que vive. Em outras palavras, os *mass media* são eficazes na medida em que o receptor lhes atribui tal eficácia, baseando-se principalmente na satisfação das suas necessidades. Este raciocínio leva em conta a experiência do receptor e o contexto situacional em que está envolvido, pois as mensagens, como explica Wolff, são captadas, interpretadas e adaptadas ao contexto subjetivo das experiências, conhecimentos e motivações.

Pela primeira vez, o receptor age sobre a informação; a audiência é concebida como ativa. O receptor é que estabelece se existirá, pelo menos, um processo comunicativo real. Os sistemas de expectativas do destinatário não só intervêm nos efeitos provocados pelos *mass media* como também regulam as próprias modalidades de exposição. Ele é um iniciador, quer no sentido de originar mensagens de retorno, quer no sentido de pôr em prática processos de interpretação com um certo grau de autonomia. O destinatário é sujeito comunicativo, embora continue desprovido de um papel autônomo e simétrico ao do destinador, no processo de transmissão das mensagens (Wolff, 1985:63 e 69).

A evolução da pesquisa em comunicação, o livro de Mauro Wolff, *Teorias da Comunicação*, é um clássico sobre o assunto, passa ainda por várias fases/teorias, em que vai ganhando contornos que se moldam muito em função dos problemas e das crises vividos em cada época. O trabalho se atém, entretanto, às bases que, ao meu ver, permitiram aos estudos, hoje, avançarem no sentido de ver a comunicação como um jogo de mediações entre emissor e receptor.

2. A Recepção

A perspectiva da recepção como parte integrante de um jogo de mediações que se estabelece entre emissor e receptor na construção da comunicação, não parece ser uma questão isolada. Aparece em função de a própria produção jornalística vir adquirindo novos entendimentos, centrados na quebra do paradigma da objetividade e, conseqüentemente, na visão do jornalista como alguém que ajuda a construir a realidade e não apenas a retratá-la.

O acontecimento - “tudo aquilo que irrompe a superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos individuais” (Adriano Duarte, 1993:27) - aparece como resultado de uma construção, em que o jornalista contribui e muito.

A produção jornalística deixa de ser vista como uma atividade isolada, em que o jornalista se limita a retratar o fato, observar o acontecimento e relatar, para ganhar a visão de que, na elaboração da notícia, o repórter é influenciado por fatores internos e externos, que vão desde a sua visão particular da realidade, as pressões da própria política editorial às manifestações individuais da audiência.

O *agenda-setting* acaba por abarcar a idéia de que o acontecimento cria a notícia e a notícia cria o acontecimento (Traquina, 1988/1993:168). As notícias são construções, narrativas, “estórias”. O que não significa que seja ficção, por exemplo. Mas alerta para o fato de que, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída, uma realidade selecionada a partir de critérios jornalísticos, que ajudam a enfatizar ou excluir ângulos.

A atuação do receptor como alguém que também influencia o processo de produção da notícia, ainda que de forma limitada, aparece com mais nitidez nos estudos sobre *agenda-setting*, que hoje admite a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística, ainda que em proporções diferenciadas.

Antes de entrar diretamente na discussão sobre recepção, portanto, abordarei a questão do *agenda-setting*, fator que a meu ver contribuiu para a nova postura com relação a recepção, na medida em que deixa um espaço de movimentação para o receptor, de ser mais ou menos influenciado, no que diz respeito a assuntos que considera dominar, que possui experiência.

2.1. *Agenda-setting*

O paradigma do *agenda-setting* surge nos anos 70, com um estudo conduzido por McCombs e Shaw, durante as eleições norte-americanas de 1968. O estudo é um regresso à problemática dos efeitos, agora com novas

características. A investigação baseia-se numa amostra de 100 eleitores indecisos, identificados e entrevistados pelos autores. A conclusão do estudo mostra que os eleitores tendem a partilhar a definição dos *media* acerca do que consideram importante.

A relação causal entre agenda mediática e agenda pública, entretanto, já havia aparecido em estudos de Walter Lippmann, de 1922, publicados no livro *Public Opinion*. Lippmann, segundo Traquina, argumenta que os *mass media* “são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente”⁴.

O *agenda-setting* também aparece nos estudos de Cohen, datados de 1963. Cohen, citado por Traquina, afirma que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”.

Os estudos de McCombs e Shaw, publicados em 1972, tiveram o mérito de fornecer dados empíricos e estabelecer a designação precisa do fenómeno como *agenda-setting*. A partir do estudo, os autores abriram novas linhas de investigação sobre os efeitos dos *media* que vieram a motivar a produção de mais de 200 artigos e livros sobre o tema. Na época em que McCombs e Shaw levantaram a discussão, o paradigma vigente era o dos efeitos limitados, dando conta de que o poder dos *media* sobre o público era reduzido. Com o *agenda-setting*, McCombs e Shaw mostravam as garras dos *media*, mas ainda com tentáculos um pouco limitados.

Em vinte anos de existência, o paradigma do *agenda-setting* ganhou amplitude e complexidade, sob o reconhecimento cada vez mais acentuado do poder mediático, muito superior ao que se postulava anteriormente. O primeiro trabalho de investigação empírica sobre o assunto, assinado por McCombs e Shaw, revela que “a capacidade dos *media* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos *mass media*” (McCombs and Shaw, 1977:7, citado por Traquina).

Na pesquisa de Bernard Cohen, o conceito de *agenda-setting* estipulava, inicialmente, que os *media* diziam às pessoas apenas sobre o que pensar. Vinte anos depois, McCombs e Shaw retornam ao assunto para afirmar que as notícias também dizem ao receptor como pensar os assuntos, tanto na seleção de objetos como na seleção de enquadramentos. Novos estudos abarcam a idéia de que os *media* nos dizem em que pensar, como pensar e o que pensar. Segundo McCombs (1976:3), o acontecimento ou tópico não enquadrado pelos *media*, na maioria dos casos, existirá apenas na nossa agenda pessoal ou no nosso espaço vivencial.

⁴Nelson Traquina escreveu um ensaio sobre *agenda-setting* - “O Paradigma do *Agenda-Setting*: a redescoberta do poder do jornalismo” -, ainda não publicado.

O conceito de *agenda-setting*, por outro lado, tem levado a questionamentos sobre o sentido contrário desse processo. Ou seja, se a agenda pública influencia a agenda jornalística, em que medida isso ocorre e como acontece de fato a interação entre agendas.

Traquina descreve pontos divergentes sobre o assunto. Mostra, por exemplo, que os estudos de Behr e Iyengar (1985:40) concluíram que a relação entre agendas é unidirecional - só a agenda jornalística influencia a agenda pública. Já Ebring, Goldenberg e Miller (1980) vêem o *agenda-setting* como um processo interativo. Segundo eles, a influência da agenda pública sobre a agenda jornalística acontece a longo prazo, enquanto o sentido inverso é direto e imediato, principalmente quando envolve questões para as quais o público não possui “experiência direta”. O efeito do *agenda-setting*, para esses autores, depende da natureza da questão.

Em 1976, ainda segundo relato de Traquina, McCombs reforça que o *agenda-setting* nem sempre funciona, “em relação a todas as questões e sobre todas as pessoas”. Completando esse raciocínio, McLeod, Becker e Byrnes (1974), explicam que a agenda jornalística exerce maior efeito sobre as pessoas que participam de conversas nas quais os temas se referem a questões levantadas pelos *media*.

Outros estudos, como McCombs e Weaver (1973), Rogers e Dearing (1988), Weaver (1977), Graber, McCombs e Eyal (1981), apontam o fator “necessidade de orientação”, como um denominador para indicar a influência da agenda jornalística sobre a agenda pública. Os autores concluem que quanto maior o “interesse” e a “incerteza” do público sobre determinado assunto, maior a influência exercida pelos meios de comunicação. A “necessidade de orientação”, segundo eles, faz com que as pessoas se exponham mais, provocando maiores efeitos do *agenda-setting*.

Weaver, McCombs e Spellman (1975), corroboram, em um estudo sobre o caso Watergate, com o fato de que o impacto do *agenda-setting* não é igual para todas as pessoas, variando de acordo com a “necessidade de orientação”. Estudos também mostram que o efeito da agenda jornalística varia segundo a natureza do assunto, que pode ser *obstrusive* - assuntos para os quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência direta - ou *unobstrusive* - assuntos sobre os quais as pessoas não têm experiência direta. A influência dos *media* se daria, sobretudo, em relação à questões *unobstrusive*.

Quando se fala em “experiência direta”, em “necessidade de orientação”, temas importantes para o trabalho porque tem diretamente a ver com a realidade do produtor rural que, como já citamos anteriormente, é capaz de contra-argumentar com cientistas, com base no conhecimento que possui da realidade rural, considero importante remeter aos estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre Sociologia do Conhecimento, ainda antes de entrarmos diretamente na recepção. Afinal, quem possui

“experiência” sobre determinado assunto, a ponto de não sentir “necessidade de informação”, pressupõe-se que “conheça”, que domine o assunto em questão.

2.2. *Conhecimento*

Para Berger e Luckmann, usando o contexto da Sociologia, “conhecimento” é “a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas”. “Realidade” é “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos “desejar que não existam”)” (Berger e Luckmann, 1985:11).

É nesse sentido, apontado pelos autores como propositadamente simplista - por isso mesmo importante neste trabalho, porque trata de conhecimentos retidos por pessoas comuns -, que os termos adquirem importância para qualquer ser humano, seja um simples homem de rua ou mesmo um filósofo.

Os autores exemplificam que o homem de rua habita um mundo que é “real” para ele, embora em graus diferentes, e “conhece”, com graus variáveis de certeza, que este mundo possui tais ou quais características. O que é “real” para um monge tibetano, eles citam, pode não ser “real” para um homem de negócios americano. O “conhecimento” do criminoso é diferente do “conhecimento” do criminalista (Berger e Luckmann, 1985:13), assim como, no caso da pesquisa, o “conhecimento” do produtor rural é diferente do “conhecimento” do cientista. O primeiro possui ao seu lado a experiência, enquanto o outro, a academia, os livros.

Berger e Luckmann discutem sobre a distribuição social do conhecimento, alertando que quando não possuímos o conhecimento supostamente exigido para curar uma enfermidade, limitamo-nos a pedir conselhos a um especialista. Em tais casos, segundo eles, não apenas peço o conselho de especialistas, “mas o conselho anterior de especialistas em especialistas”.

Os autores dizem que a distribuição social do conhecimento começa com o simples fato de não se conhecer tudo o que é conhecido por seus semelhantes e vice-versa. Na vida cotidiana, explicam, “sei, ao menos grosseiramente, o que posso esconder de cada pessoa, a quem posso recorrer para pedir informações sobre aquilo que não conheço e geralmente quais os tipos de conhecimento que se supõe serem possuídos por determinados indivíduos”. É essa fresta da distribuição do conhecimento que permite que a realidade do senso comum seja influenciada pelo que Berger e Luckmann chamam de “construções teóricas dos intelectuais e outros comerciantes de idéias”, onde enquadro os *media*, através dos quais

os jornalistas sugerem novas práticas e técnicas com a promessa de tornar a produção agrícola mais rentável, por exemplo, usando informações captadas de suas fontes (aqui, instituições de pesquisa, ensino e extensão). Um exemplo claro de *agenda-setting*.

Ainda sobre o espaço em que o receptor se movimenta, o espaço da experiência, que o permite argumentar com seus interlocutores, Berger e Luckmann dão uma importante contribuição no entendimento de como se processa o “conhecimento” na vida cotidiana. Eles explicam que a vida cotidiana comporta setores rotineiros ou não problemáticos, apreendidos naturalmente, e outros que se apresentam em forma de problemas, diante dos quais, ao enfrentá-los, nos enriquecemos, incorporando novos conhecimentos.

O conhecimento do sentido comum, segundo os autores, contém uma multiplicidade de instruções sobre a maneira como enfrentar os problemas. Uma vez resolvidos, eles passam a integrar a realidade da vida cotidiana. Passam a fazer parte do acervo social do conhecimento, que inclui o conhecimento “de minha situação e de seus limites”. Berger e Luckmann citam o seguinte exemplo:

“(...) uso o telefone todos os dias para meus propósitos pragmáticos específicos. Sei como fazer isso. Também sei o que fazer se o meu telefone não funciona, mas isto não significa que saiba consertá-lo, e sim que sei para quem devo apelar pedindo assistência (...) uma grande parte do acervo cultural do conhecimento consiste em receitas para atender a problemas de rotina. Tipicamente tenho pouco interesse em ir além deste conhecimento pragmaticamente necessário, desde que os problemas possam na verdade ser dominados por este meio” (Berger e Luckmann, 1985:63).

Querem dizer com isso que, apesar de a realidade cotidiana estar organizada em torno do “aqui” do corpo e do “agora” do presente, abarca o mundo que se encontra ao seu alcance e até mundos pouco acessíveis, só frequentados pelo homem quando este se depara com novos problemas ou cria novos interesses. Um agricultor, por exemplo, poderá se interessar pelas dicas e orientações de técnicos entrevistados no programa Globo Rural, da TV Globo, em como obter uma produção sadia de guaraná. Mas terá pouca ou nenhuma curiosidade em entender o processo pelo qual as espécies de guaraná foram selecionadas de modo a obter plantas sadias. Isto não impede, entretanto, que os resultados obtidos pelos técnicos atinjam a vida cotidiana dos agricultores ou que estes, algum dia, venham a se interessar por tal processo se forem atingidos por problemas que os levem a isso.

Esse entendimento casa perfeitamente com o conceito de *agenda-setting*, quando dizemos que o receptor se expõe mais, torna-se mais sujeito às influências dos *media*, na medida em que necessita de orientação. O seu efeito, portanto, varia de pessoa para pessoa, de acordo com a experiência armazenada.

2.3. Receptor

Foi dito até aqui que o efeito da agenda jornalística sobre a agenda pública não acontece de forma tão linear quanto mostravam os primeiros estudos sobre o tema. Existe um espaço, o da experiência, em que o receptor se movimenta ora aceitando as informações que lhes são impostas ora questionando-as ou mesmo descartando-as, de acordo com o conhecimento que detém sobre cada assunto.

O receptor visto dessa forma, como parte integrante de um jogo de mediações que se estabelece com o emissor na construção da comunicação, é uma tendência que surge mais incisivamente em estudos realizados a partir do final dos anos 70. Se contrapõe ao modelo mecânico de comunicação, ainda hoje adotado em alguns estudos, no qual a relação entre emissor e receptor é uma via de mão única, em que o primeiro detém o poder absoluto da situação.

Pelo modelo mecânico, comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já construído, de um pólo a outro da cadeia comunicacional (emissor - receptor). A nova perspectiva aponta para uma espécie de mediação entre emissor e receptor, num jogo em que ambos produzem movimentos de avanços e recuos.

No texto “América Latina e os anos recentes: o estudo da Recepção em Comunicação Social”, publicado no livro *Sujeito, o lado oculto do receptor*, Martín-Barbero critica o modelo mecânico, afirmando que, neste, não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios no processo de comunicação. A recepção é apenas um ponto de chegada e nunca um lugar de partida, de produção de sentido. O receptor é “apenas um recipiente vazio para depositar os conhecimentos originados, ou produzidos, em outro lugar” (Barbero, 1995:40).

Em “O Outro Telejornal”, trabalho apresentado no IV Compós, Fausto Neto coloca que o universo da pesquisa sobre recepção, como se desenha atualmente, “é um rechaço às considerações teóricas e receitas metodológicas que encaram os fenômenos de interação entre oferta e demanda comunicativa, segundo princípios puramente lineares, como se um discurso determinasse um único e só efeito”. Fausto Neto considera que o sentido se dá por uma relação complexa entre produção e recepção. Uma espécie de intercâmbio discursivo, constituído de gramáticas distintas. O

autor consegue mostrar com isso, que não se pode deduzir efeitos *a priori*, saber o que vai acontecer no momento da recepção da mensagem, na medida em que a circulação do sentido é movida por indeterminações.

O intercâmbio entre emissor e receptor também é abordado por Maria Carmen Romano, em artigo intitulado “Análise da composição textual das Telenovelas”, apresentado no IV Compós. Romano afirma que, entre emissão e recepção, estão envolvidas uma série de mediações e negociações, estabelecidas pelo que chama de “pacto comunicativo”. Ao trabalhar com a dimensão comunicativa da televisão, Vilches (citado por Romano) define-o como um acordo entre enunciador e enunciatário sobre “a parte que foi designada a cada um, sobre as regras que presidem seu encontro e sobre os fins que este encontro persegue”.

Nelson Traquina, ao trabalhar com a produção jornalística, fala em “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e público. Um acordo que, segundo Adriano Duarte, faz com que o leitor leia as notícias acreditando que são um índice do real, acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. A existência do “acordo de cavalheiros” pelo respeito a essa fronteira, argumenta Traquina, é que torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real e, igualmente, condena qualquer transgressão como “crime”.

O conceito de “pacto comunicativo” pressupõe o receptor como integrante do jogo da comunicação, mostrando que o poder não está só nem de um lado e nem de outro, depende do assunto, depende do conhecimento. A comunicação não é uma via de mão única.

III - VIDA RURAL NO AMAZONAS

1. Características Gerais

O Amazonas é o maior dos Estados brasileiros, com 1.558.987 quilômetros quadrados. Cortado pelo rio Amazonas e seus afluentes, constitui a mais vasta bacia fluvial do mundo. A população corresponde a pouco mais de 2 milhões de habitantes (censo de 1991, do IBGE), estando 600.489 na área rural.

O Estado possui 62 municípios, a grande maioria com acesso apenas pelos rios, dificultando a troca de informações com a capital, Manaus, e o escoamento da produção agrícola.

O rádio é o principal meio de comunicação do interior do Amazonas, nas áreas não urbanas. Mesmo assim, apenas oito municípios possuem emissoras próprias (Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manicoré, Maués, Parintins e Tabatinga). Somente duas cidades (Itacoatiara e Parintins) produzem jornal impresso.

Na área rural existem 97.474 domicílios (dados do IBGE), uma média de sete moradores por casa, a maioria construída com um único cômodo. O rendimento médio mensal das famílias é de, aproximadamente, dois salários mínimos. Apenas cerca de 182 mil habitantes da área rural do Amazonas são alfabetizados.

A situação agrícola do Estado é precária, condicionando-o à dependência de outras regiões do Brasil para abastecê-lo, inclusive, da maioria dos gêneros alimentícios. O fato de os alimentos serem trazidos de regiões distantes, e de só terem acesso à Manaus por via aérea ou fluvial, concorre para a majoração dos preços dos produtos comercializados.

Na área rural, a pobreza impera. A produção agrícola é geralmente de subsistência. As áreas de produção são distantes e, mesmo quando possuem excedentes para vender, os agricultores enfrentam problemas para escoar a produção, além de limites de investimento.

A atividade agrícola no Estado se desenvolve em dois ecossistemas: *várzea* e *terra firme*. Os solos de *várzea* são constituídos de sedimentos quaternários, normalmente finos, transportados pelas águas dos rios e depositados nas partes laterais de sua calha, por ocasião das enchentes, formando aluviões, em geral bastante ricos quimicamente. (Ranzani, G., 1989:25-36). Apesar de altamente férteis, apresentam limitações devido ao fato de serem inundáveis periodicamente. Isso dificulta a sua utilização para plantio de culturas de ciclo superior a seis meses, assim como para a implantação de infra-estrutura de suporte à produção de grãos. Nos meses de inundação, os produtores rurais deslocam-se para trabalhar em áreas de terra firme.

Na terra firme, os solos são quimicamente pobres, com fertilidade de média para baixa, possuindo uma camada superficial de humus rapidamente destruída pela remoção da floresta. A principal atividade agrícola de terra firme é a mandioca, cultivada basicamente para produção de farinha, a qual juntamente com o pescado, representa a base alimentar da população do Estado, principalmente a interiorana.

O ribeirinho, herdeiro da cultura agrícola indígena, constitui a maior fatia da população rural do Amazonas, desenvolvendo a atividade agrícola com mão-de-obra familiar, com participação dos filhos maiores de oito anos e, geralmente, da esposa ou algum agregado. O trabalho familiar é organizado pelo chefe da família, podendo contar, algumas vezes, com a participação/ajuda de parentes ou vizinhos.

As crianças e jovens do sexo masculino participam das atividades de plantio, tratamentos culturais e colheita. O chefe da família responsabiliza-se pela comercialização dos produtos e a socialização sobre os processos de trabalho. As tarefas domésticas ficam sob a responsabilidade da esposa, após os trabalhos na agricultura, ou de uma filha mais velha, que prepara a alimentação e cuida dos irmãos mais novos. Jovens do sexo feminino dedicam-se aos trabalhos caseiros mas, nos picos de produção, especialmente no plantio e na colheita, auxiliam nas atividades agrícolas.

A pesquisadora Sandra Noda, em artigo intitulado “Os processos de Trabalho nos Sistemas de Produção de Agriculturas Familiares na Várzea do Estado do Amazonas”⁵, explica que as relações com o mercado é que forçam o agricultor a intensificar a produção com a utilização do trabalho familiar, implicando na incorporação de crianças, mulheres e jovens no processo produtivo. A autora observa que este comportamento “dá uma outra perspectiva” ao número de filhos que compõem as famílias, por implicar em aumento de força de trabalho.

Os produtores rurais do Amazonas praticam uma produção integrada, explorando os recursos naturais, através das atividades do extrativismo, da agricultura e da criação animal. A produção é viabilizada com a utilização de instrumentos de trabalhos manuais, como enxada, terçado, machado, roçadeira, tarrafã, zagaia etc. Noda afirma que, apesar de alguns já terem acesso, através de associações, a instrumentos mais modernos (trator, motosserra, motor fluvial), a participação destes não é muito significativa em termos de utilização nos processos de trabalho nas pequenas produções rurais familiares.

A pesquisadora considera que a utilização preponderante de instrumentos manuais e individuais faz com que os aumentos na produção e produtividade ocorram apenas em função do aumento da força de trabalho utilizada (horas/homem/área). “Assim, se as características do ambiente

⁵A autora apresentou o trabalho no II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, que aconteceu em Londrina (PR), de 21 a 23 de novembro de 1995.

natural forem favoráveis qualitativa e quantitativamente, é possível obter-se um incremento na produção numa razão equivalente e diretamente proporcional ao aumento do emprego da força de trabalho”.

A produção agrícola dos ribeirinhos se dá em forma de “sítios”, um subsistema de uso da terra, que envolve o manejo de árvores, arbustos e ervas de uso múltiplos, associados à cultivos agrícolas anuais e perenes e à criação de animais domésticos de pequeno porte.

Os sítios são verdadeiros “bancos de germoplasma”, onde novas cultivares e espécies são constantemente introduzidas e testadas e, conforme relata Noda, as de uso corrente pela família são mantidas, “como um recurso para a restauração das roças e outros tipos de plantios, inclusive com estratégias para fazer frente às enchentes (jiraus ou latas com mudas, para replantio após a inundação)”.

Segundo Noda, essas áreas têm funcionado como bancos de germoplasma para preservação de plantas de origem indígena, como o ariá, cubiu, taioba, cará do ar, batata cará e plantas medicinais. A diversidade, de acordo com a pesquisadora, é mantida através de troca de sementes, mudas ou estacas, com vizinhos, parentes e amigos.

Noda explica que os produtos dos sítios são utilizados na alimentação humana e animal, complementando a dieta familiar e fornecendo, principalmente, vitaminas e sais minerais. São de fundamental importância nas épocas de inundação para a complementação da renda familiar, através da venda de frutos e, em menor escala, de plantas medicinais. Além de servirem para a preparação de medicamentos caseiros e para a fabricação de apetrechos e utilidades domésticas ou tecnológicas para a produção.

Os sítios formam um espaço privilegiado de socialização do grupo familiar, abrindo não só momentos de lazer, como também a iniciação às atividades agrícolas das crianças menores. Noda cita como exemplo atividades como fabricação e conserto de apetrechos de pesca e instrumentos agrícolas, preparação de hortaliças para a comercialização e atividades de pós-colheita.

Nos sítios, as principais culturas são a mandioca, o milho e o feijão de praia, cultivados em consórcio. O sistema de consórcio, ou policultivo, é recomendado como racionalização do uso da terra, desgastada pela sucessão de cultivos. Baseia-se na combinação espacial e temporal das espécies, de acordo com o ecossistema, o ciclo produtivo e a arquitetura de cada uma.

O policultivo é também chamado de sistema agroflorestal. É adotado na maioria dos projetos da Embrapa e tem sido recomendado pelos técnicos como uma estratégia ao mesmo tempo agrônômica e econômica. A diversificação de espécies oferece às culturas mecanismos de proteção ao ataque de pragas e doenças e melhor aproveitamento do solo e da luz. Além

disto, oferece ao produtor rural um leque maior de comercialização, garantindo renda durante o ano todo, através da combinação da época de produção de cada cultura.

A Embrapa tem projetos de sistemas agroflorestais montados em alguns municípios do Estado, escolhidos geralmente em função da proximidade com a capital. A distância geográfica que separa um município do outro no Amazonas é, aliás, um dos problemas que as instituições de pesquisa e extensão enfrentam para fazer chegar ao produtor rural as informações técnico-científicas. Além, é claro, da escassez de recursos humanos, da falta de infra-estrutura, de verbas e de uma política agrícola eficaz.

A distância faz do produtor rural um sujeito desconhecido, alguém com quem os técnicos da pesquisa e da comunicação ainda não conseguiram estabelecer um canal de diálogo. A distância, a pobreza, tornam os mais avançados instrumentos de comunicação artigos “deslocados” do cenário da região.

A presente pesquisa, apesar de se concentrar em apenas duas comunidades, espera contribuir no sentido de desvendar um pouco mais a vida da população rural, na esperança que se possa, a partir daqui, traçar projetos que se aproximem mais da realidade da região e que possuam maior flexibilidade para ouvir o retorno, o *feed-back*, do produtor rural, não apenas em forma de pesquisa, de números, mas em parcerias de fato.

A seguir, tratarei da primeira parte da pesquisa, que se concentra em duas comunidades - São Sebastião do Boto e Ramal do Manápolis -, fazendo uma breve introdução sobre a vida em cada uma delas, e depois dividindo em tópicos os temas abordados em entrevistas com produtores rurais. São eles: Informações gerais; A comunicação no meio rural (uso ou consumo das informações, seleção/leitura); e Condições de recepção (passividade ou astúcia).

2. PARINTINS - A Fertilidade da Várzea

Vistos de longe, pelas lentes das estatísticas, eles fazem parte daquele grupo de pessoas que não costuma contestar os valores que lhes são impostos pela estrutura dominante. Engrossam audiência aos meios de comunicação que não têm pudor em servir de porta-voz às elites. Nunca pensaram em se manifestar discordando de qualquer procedimento de seus emissores e, por causa disto, teoricamente, parecem contentes com as informações que recebem.

Alienados ou apenas cansados da vida, os produtores rurais da comunidade de São Sebastião do Boto, a uma hora de barco da sede do município de Parintins ⁶, vivem como a maioria dos seus colegas da região. Plantam o necessário para a subsistência da família, possuem apenas o primário, não utilizam máquinas agrícolas, apenas ferramentas manuais e encontram dificuldades para escoar o excedente da produção.

Além disso, convivem com a falta de energia elétrica, entre as inúmeras coisas eleitas como imprescindíveis na civilização. Por conta deste pequeno detalhe, adotaram o rádio como um dos únicos elos com a cidade e com o mundo. Apenas duas famílias - a comunidade tem 42 - possuem gerador de energia e antena parabólica, privilégios que lhes permitem assistir televisão. Mesmo assim, para o lazer não sair tão caro, eles são rígidos na seleção do que assistir - só ligam os aparelhos na hora do *Jornal Nacional*, da novela das 8 e, aos domingos, do *Globo Rural*, programas da Rede Globo de Televisão.

A comunicação com o mundo exterior, sem precisar sair da comunidade, é feita com a ajuda do barrento rio Solimões, que contorna toda a área da comunidade. Por ele, passam barcos a caminho de Parintins, muitas vezes servindo de pombo-correio para levar as notícias da comunidade para os parentes que residem na sede do município. No sentido inverso, quando alguém da cidade quer avisá-los de algo urgente e importante, o rádio é usado como o principal veículo. Quem vive na área rural de Parintins não perde a seção de avisos da Rádio Alvorada. Através dela, os agricultores ficam sabendo quando os filhos que moram na cidade estão mandando encomenda, quando estão precisando de dinheiro ou quando estão em dificuldades.

Contato mais direto só pelo único telefone da comunidade, instalado em um posto próximo à igreja. Como as casas são distantes umas das outras, cerca de 500 metros aproximadamente, eles já estabeleceram o

⁶O município de Parintins localiza-se à margem direita do rio Amazonas, a 370 km de Manaus, com acesso somente por vias aérea e fluvial. A população é de 58.417 habitantes, estando 40.891 instalados na zona urbana e 17.526 na zona rural.

domingo de manhã após a missa para esperar ao lado do posto telefônico uma ligação do “mundo lá fora”.

Os filhos que residem na cidade são a grande dor de cabeça dos produtores, não só porque precisam sustentá-los à distância e com poucos recursos, mas porque a maioria, quando termina os estudos, não quer mais voltar para a castigada área rural. Os pais convivem com esse dilema cada vez que um filho completa a 4ª série do 1º grau. Aí, só resta mandar para a sede do município ou para a capital, para completar os estudos - quando possuem recursos -, ou simplesmente optar por encerrar ali a vida escolar do filho - o que acontece com a maioria. Ocorrem casos, segundo relatos, em que os filhos preferem prostituir-se na cidade a permanecer no campo. Os que ficam, sem chances de estudar, por falta de escolas, seguem os passos dos pais, constituindo família e, aos poucos, assumindo a direção da propriedade.

São Sebastião do Boto é uma área de várzea, sujeita a inundações. Passa oito meses alagada na época de cheia do rio (de novembro a junho) e, quando seca, transforma-se em um local lamacento, dificultando a caminhada sem os inevitáveis escorregões dos menos acostumados e obrigando ao uso de canoas até para o deslocamento de uma propriedade a outra da comunidade.

Os solos de várzea são ricos quimicamente, o que explica o fato de a comunidade de São Sebastião do Boto já ter sido uma das principais produtoras de hortaliças do município. Hoje, porém, sem dinheiro, apoio do Governo e sem infra-estrutura para escoar a produção, os produtores rurais são obrigados a vender o excedente na porta de casa, geralmente para atravessadores.

Com todos os problemas, é difícil encontrar alguém na comunidade que se proclame insatisfeito com a vida que leva. Ou melhor, é preciso “estar atento à respiração social”, como defende Michel Maffesoli ao trabalhar com o cotidiano, para descobrir que, sem muito alarde, em minúsculos gestos, eles demonstram o seu descontentamento, ainda que este não seja visualizado pelas lentes das estatísticas. O descontentamento se aflora em forma de pessimismo: “sei que minha situação não vai mudar”; “já sei como essa história termina”; “sei que não vai dar certo”.

No campo da comunicação, a comunidade de São Sebastião do Boto é um exemplo de que, mais do que nunca, é preciso saber, como propõe Martín-Barbero no artigo “América Latina e os anos recentes”, “não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura”. O que fabricam com as imagens e as informações que recebem.

Com relação especificamente à recepção de informações técnico-científicas, recorte usado na pesquisa, a comunidade divide-se entre os programas *Momento Rural*, produzido por técnicos do Idam e transmitido pela rádio Alvorada de Parintins (aos domingos, de 7:30 às 8 horas), e *Globo Rural*, da Rede Globo (assistem nas casas dos que possuem gerador e TV - aos domingos, às 7:45 horas, horário de transmissão na época da pesquisa).

Os produtores rurais de S. Sebastião do Boto possuem critérios próprios para selecionar as informações que irão aproveitar no campo e o destino a dar às outras - ignorar ou arquivar -, sem que com isso precisem tomar grande atitudes. Nesses critérios estão embutidos julgamentos que, no sentido mais extremo, podem até desembocar na constatação - através da experiência que possuem - de que uma determinada informação, por exemplo, está errada. Mas nem assim reclamam, apenas descartam a informação. Sequer desligam ou mudam de canal ou estação. Afinal, como declara Zenilson Reis Carneiro, 46 anos, presidente da comunidade, “errar é humano”. Carneiro é um dos que sempre encontra “alguma” informação da qual discorda. Mas entende que qualquer pessoa pode cometer erros. “Não vou crucificar ninguém”, diz ele, referindo-se à possibilidade de desligar ou mudar de canal/estação.

Os produtores explicam o silêncio, o fato de não se manifestarem incisivamente, com a justificativa de que não têm para quem reclamar. Curioso é que, no caso do programa *Momento Rural*, eles têm fácil acesso aos emissores, que normalmente visitam a comunidade para dar orientação técnica. Mesmo assim, nunca reclamaram sequer do horário do programa, que consideram inconveniente porque coincide com a hora em que estão se preparando para ir à igreja. Também nunca reivindicaram maior espaço para a atividade agrícola, uma vez que afirmam que o programa é mais voltado para a pecuária e que, se não fosse assim, até ouviriam-no com mais regularidade.

Os emissores (técnicos do Idam) não demonstram preocupação em fazer pesquisas para atestar audiência. Dão a audiência como certa. Os receptores (produtores rurais), por sua vez, fingem que está tudo bem. E assim, eles vão se movimentando no jogo da comunicação.

3. RIO PRETO DA EVA - A Aridez da Terra Firme

Ao contrário da abundância de água que caracteriza a vida dos habitantes de São Sebastião do Boto, no Ramal do Manápolis o dia-a-dia é temperado pelo sol escaldante e pela aridez do trabalho na terra firme, solo tão pobre quanto a população que o habita.

A comunidade de Manápolis localiza-se exatamente na divisa entre os municípios de Rio Preto da Eva⁷ e Itacoatiara⁸, a 148 km a Noroeste de Manaus. Com acesso à capital por via terrestre, Manápolis faz parte do projeto de assentamento do Inca denominado Iporá, implantado em 1991. Parte dos produtores que vivem na área ainda residem nas casas que já existiam por ocasião da desapropriação e que hoje estão em péssimo estado de conservação.

A maioria dos habitantes de Manápolis veio de outros Estados do país, disposta a apostar na agricultura. De 17 entrevistados (11 na entrevista usada normalmente na pesquisa e o restante apenas no tópico astúcia/passividade), apenas seis são do Amazonas. Dois vieram do Pará, um do Rio Grande do Sul, um do Rio de Janeiro e o restante é da região Nordeste - um do Maranhão, um do Ceará, quatro da Bahia e um do Piauí.

Onze deles dizem possuir experiência em agricultura, inclusive com pais agricultores; cinco não possuem experiência - é a primeira tentativa; e um, apesar de ter experiência, esteve envolvido com o comércio por um determinado tempo.

Em Manápolis, a Embrapa mantém um projeto de incentivo à produção em sistema agroflorestal, em convênio com o Inca, o Idam e a Prefeitura de Rio Preto da Eva, que financia a compra de adubos e fertilizantes. O projeto atende a 15 famílias, selecionadas em reuniões com a comunidade. A Embrapa pretende, com o projeto, racionalizar o uso da propriedade, diminuindo o número de queimadas, em função dos desmatamentos para plantio de mandioca, e possibilitando uma exploração mais diversificada.

Os produtores de Manápolis, apesar de mais próximos da cidade grande do que os de São Sebastião do Boto, também não possuem luz elétrica, telefone e se queixam, principalmente, da falta de transporte para escoar a produção. Caminham até 18 quilômetros para conseguir levar a produção agrícola até a pista, à procura de carona, para vender na feira de Rio Preto da Eva ou em Manaus.

Os técnicos da Embrapa e do Idam estão constantemente na área. Os produtores se referem a eles de forma diferente a cada situação. Os que fazem parte do projeto, não poupam elogios. Longe dos técnicos, contestam

⁷Rio Preto da Eva localiza-se à margem esquerda da rodovia AM-010, a 80 km de Manaus.

⁸Itacoatiara fica a 320 km de Manaus.

algumas informações que recebem. Perto, não repetem as declarações. Têm receio de perder o acesso às vantagens do programa. Alguns admitem que demoraram muito para confiar nas orientações dos pesquisadores. Mas não deixam de enfatizar que, muitas vezes, as soluções por eles próprios encontradas surtem maior efeito no resultado da colheita.

Os produtores que não fazem parte do projeto da Embrapa criticam os métodos recomendados. Mas, quando perguntados se concordariam em participar, em uma segunda fase, de expansão, mudam completamente os argumentos, vislumbrando os mesmos benefícios dos vizinhos. Um exemplo disso ocorreu durante uma das entrevistas. O produtor disse que desconhecia o projeto da Embrapa, que plantava em sistema de monocultura, apenas com o cultivo de mandioca, mas logo a seguir, quando sentiu que poderia ser inserido no programa, confessou que já tinha ouvido falar e que estaria disposto a implantá-lo.

A idéia que se tem ao visitar Manápolis é que os produtores não se empolgam com o projeto, mas com a possibilidade de receber ajuda do Governo. Os técnicos falam muito em sistema agroflorestal, mas eles não sabem sequer explicar o que isto significa. Sabem que o sistema tem a ver com a combinação de culturas e que lhes possibilita obter rendimento durante o ano todo e não apenas na época de safra da mandioca, como antigamente.

Não conseguiram entender tecnicamente, entretanto, quais as culturas que podem permanecer lado a lado e por quê. Conseguem perceber que, com o sistema, o cupuaçu, por exemplo, outrora atacado por vassoura de bruxa, doença que se disseminava nas plantações, agora permanece frondoso à custa do sombreamento de plantas de copas altas.

De um modo geral, os técnicos que atuam na área, patrocinados por um convênio com o Ministério da Agricultura, mostram-se preocupados com relação ao futuro da comunidade no dia em que não houver mais dinheiro para o projeto. A dúvida procede mais ainda porque o objetivo, ao escolher Manápolis, era eminentemente estratégico, ou seja, sua localização permitia que os ensinamentos transmitidos pelos técnicos fossem difundidos para toda a área de assentamento do Iporá, o que não está ocorrendo. Vizinhos do projeto, até pelo fato de não receberem ajuda financeira, não demonstram interesse.

Mais curioso ainda é que na mesma área, convivem, lado a lado, o projeto da Embrapa, que pretende diminuir o desmatamento, e carvoarias que consomem em média 50 árvores por mês. As duas atividades têm em comum apenas uma coisa: garantir a sobrevivência.

IV - A ENTREVISTA

1. Informações Gerais

A entrevista, semi-estruturada, com base em um roteiro pré-definido, foi aplicada entre 13 produtores rurais da comunidade de São Sebastião do Boto e 11 do Ramal do Manápolis.

As duas comunidades possuem características diferentes. São Sebastião do Boto fica em área de várzea, alagada oito meses do ano. Por causa disso, as casas foram construídas em estilo palafita, em uma altura que protege seus moradores da cheia do rio. Afastadas umas das outras, exigem a canoa como meio de transporte.

Manápolis, por sua vez, é uma área de terra firme, onde se pode notar maior convivência entre vizinhos, talvez pela proximidade entre as casas. Os produtores rurais caminham quilômetros de estrada para levar a produção agrícola para ser comercializada no município de Rio Preto da Eva ou em Manaus. *A dificuldade em escoar a produção até as feiras e mercados mais próximos, atinge as duas comunidades, que acabam por vendê-la para atravessadores, na porta de casa.*

As diferenças voltam a aparecer na origem dos produtores rurais das duas comunidades. Em São Sebastião do Boto todos nasceram em Parintins, a sede da comunidade. Em Manápolis, até por ser uma área de assentamento do Incra, é possível encontrar pessoas das mais variadas regiões do país.

Em São Sebastião do Boto verifica-se que existe maior tradição agrícola. Quase todos herdaram o que sabem de seus pais. A entrevista mostra que 12 deles já trabalham com agricultura pelo menos há mais de 10 anos. Apenas um está no ramo há apenas cinco anos. Trata-se de Daniel Carneiro, um dos entrevistados mais novos, com 26 anos e que, desde os 21, vem cuidando da propriedade do pai. Uma das principais preocupações de Daniel é como fazer para dar ao filho pequeno condições de estudar na cidade e poder optar por uma outra profissão, menos sofrida e mais rentável. Talvez por ser mais moço, Daniel não se mostra satisfeito em viver na área rural, diferente do sentimento demonstrado pelos mais velhos, que falam da propriedade como se fosse alguém da família.

Em Manápolis, apesar de oito dos entrevistados afirmarem ter pais agricultores, apenas cinco têm experiência no campo; cinco estão estreando na atividade e um esteve afastado por um tempo, trabalhando em comércio.

De um modo geral, a idade dos entrevistados varia bem pouco. A maioria se encontra na faixa dos 41 aos 60 anos. São pessoas que

concluíram, no máximo, o 1º grau. Apenas dois, em ambas as comunidades, chegaram a fazer o 2º grau.

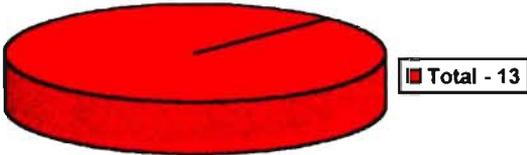
Somente um dos entrevistados, em Manápolis, é solteiro - vive com o irmão, com quem divide o trabalho na propriedade. Dos casados, o número de filhos é muito variado. Tem gente que tem até 12 filhos, nos dois casos. A maioria não convive com todos eles - alguns já casaram, outros mudaram-se para cidades maiores, para tentar outra profissão ou apenas estudar, no caso dos produtores rurais com maiores recursos financeiros.

As casas em Manápolis abrigam até 11 pessoas. Em São Sebastião do Boto tem gente que divide o teto com mais 13 pessoas, entre esposa, filhos e, algumas vezes, parentes.

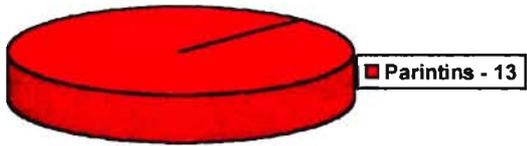
As propriedades são de, no máximo, 50 ha em Manápolis. Chegam até a 1.000 ha em São Sebastião, onde todos vendem a produção, seja na porta, em Parintins ou em Manaus, quando conseguem barco para transportar. Em Manápolis, a maioria planta apenas para o consumo. Somente quatro pessoas comercializam os produtos em Rio Preto da Eva ou na capital.

Em função desse perfil produtivo, em São Sebastião do Boto, apesar da variação de safra, todos possuem renda que dá para sobreviver. Grande parte (oito pessoas) vive com um a três salários mínimos por mês. Tem gente que chega a alcançar até 20 salários por mês. No lado oposto, em Manápolis, a maioria (sete pessoas) não tem renda. Apenas três entrevistados disseram poder contar com um a três salários ao final de cada mês. E um sobrevive com dinheiro de aposentadoria.

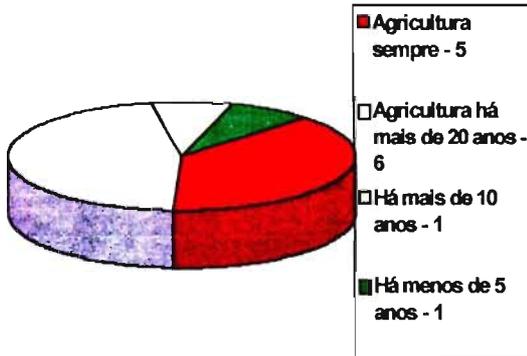
PERFIL DOS ENTREVISTADOS EM SÃO SEBASTIÃO DO BOTO



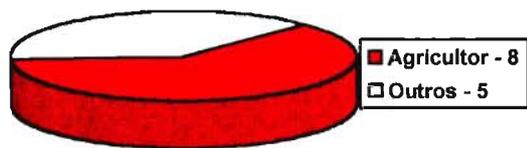
ORIGEM



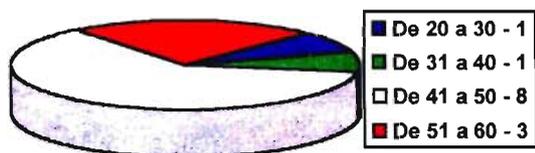
PROFISSÃO ANTERIOR



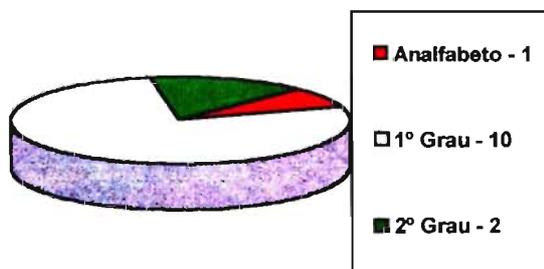
PROFISSÃO DO PAI



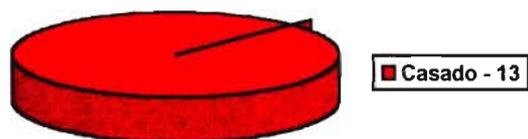
IDADE



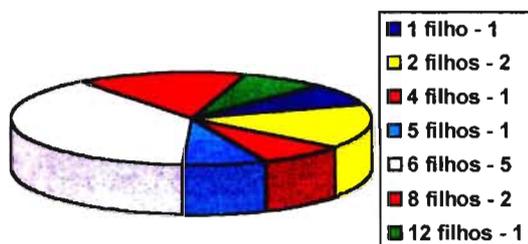
ESCOLARIDADE



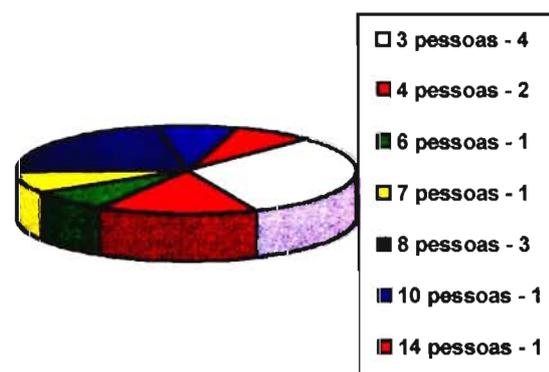
ESTADO CIVIL



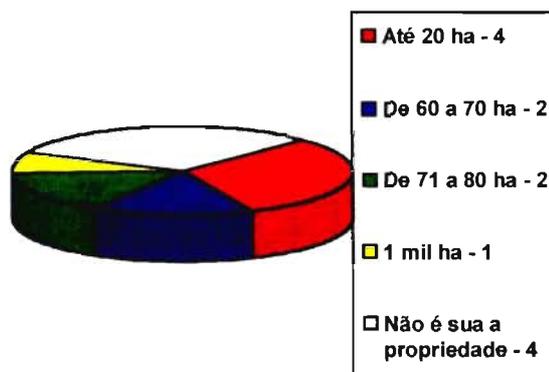
NÚMERO DE FILHOS



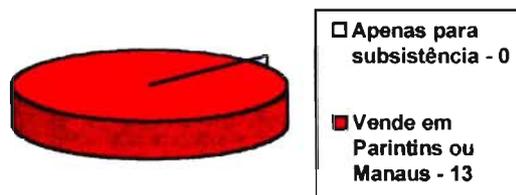
NÚMERO DE RESIDENTES POR CASA



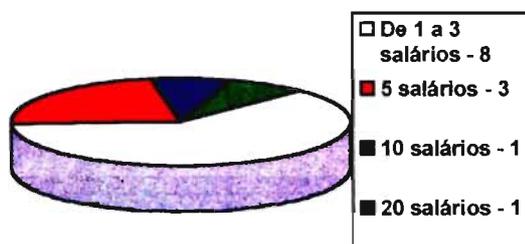
TAMANHO DA PROPRIEDADE



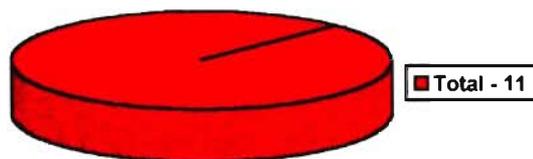
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



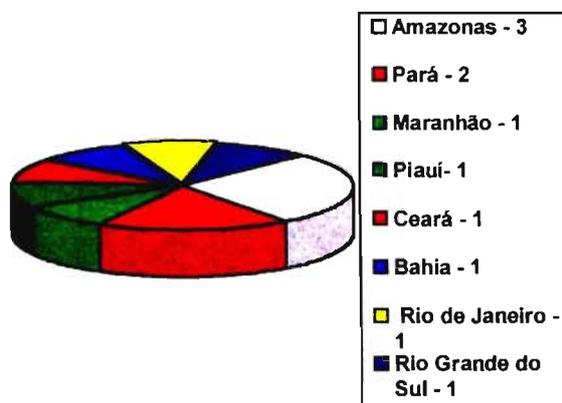
RENDA



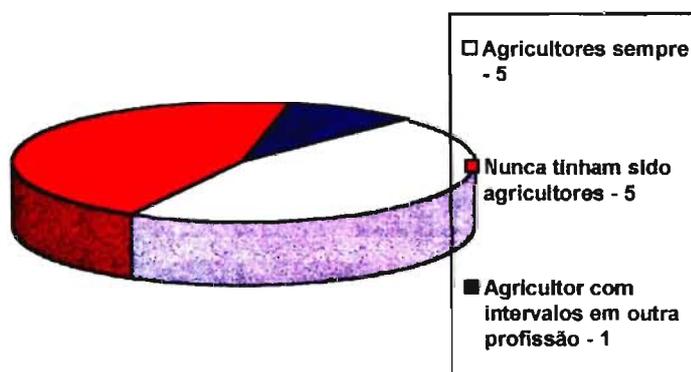
PERFIL DOS ENTREVISTADOS NO RAMAL DO MANÁPOLIS



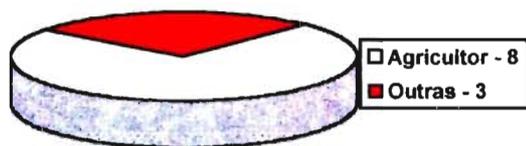
ORIGEM



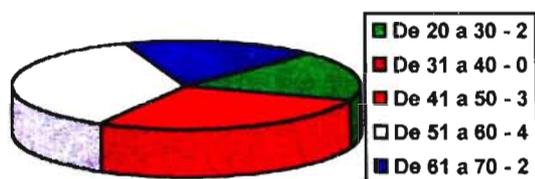
PROFISSÃO ANTERIOR



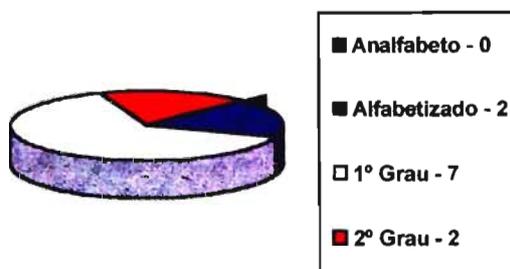
PROFISSÃO DO PAI



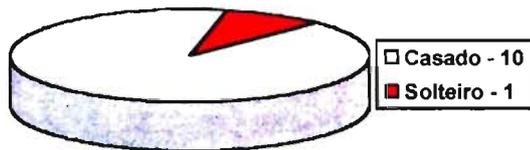
IDADE



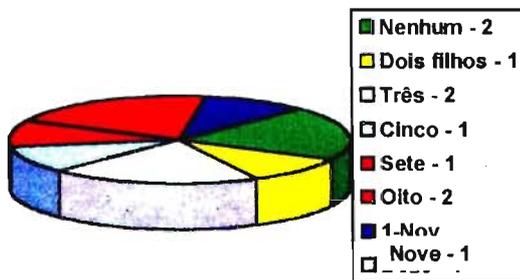
ESCOLARIDADE



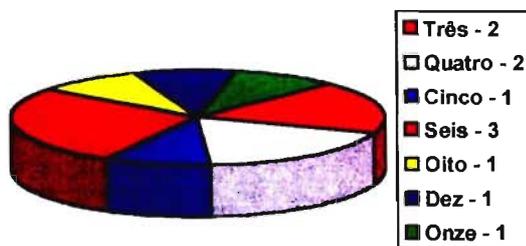
ESTADO CIVIL



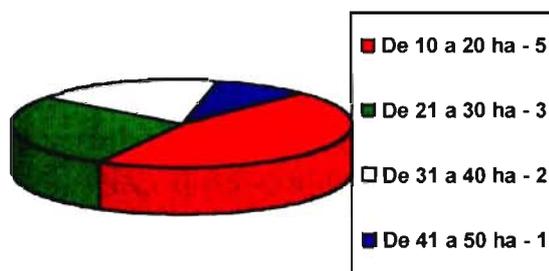
NÚMERO DE FILHOS



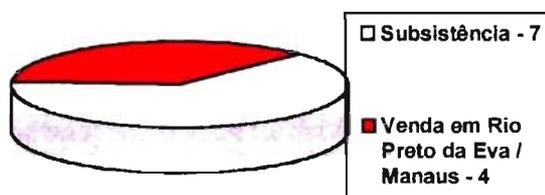
NÚMERO DE RESIDENTES POR CASA



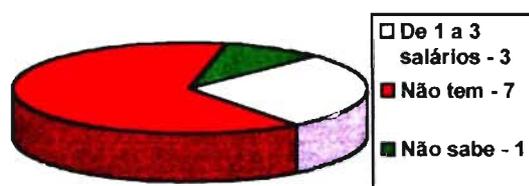
TAMANHO DA PROPRIEDADE



COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



RENDA



2. A Comunicação no Meio Rural

Tanto em São Sebastião do Boto como em Manápolis não há rede pública de energia elétrica. Para assistir televisão, além do aparelho, é preciso ter gerador de energia ou bateria. Isso faz com que a população das duas comunidades tenha bem definido os seus programas preferidos, horário em que os aparelhos são ligados, para não ficarem consumindo bateria à toa. Os que não possuem televisão, é claro, se submetem à escolha do vizinho privilegiado.

Nas duas comunidades, a televisão é ligada à noite, na hora do descanso das famílias. Os programas mais assistidos são os de entrevistas, o *Jornal Nacional*, as novelas ou futebol. Nesse horário, as famílias que possuem televisão recebem sempre a visita dos parentes e vizinhos, tornando as sessões de audiência um espaço para comentários, troca de opiniões, que muitas vezes se estendem às reuniões das associações comunitárias ou mesmo ao bate-papo informal durante o dia.

De 11 entrevistados em Manápolis, seis assistem “sempre” televisão, contra cinco só “às vezes”. Em São Sebastião, de 13 pessoas consultadas, quatro assistem “sempre”, quatro assistem “às vezes” e cinco “não assistem”. O número alto de pessoas que não assistem TV em São Sebastião do Boto talvez se explique pela dificuldade de locomoção de uma casa para outra, em época de cheia, principalmente para quem não possui canoa.

As comunidades de São Sebastião e de Manápolis não recebem jornais ou revistas. Os produtores rurais só têm acesso a eles quando vão aos municípios próximos, que recebem os impressos com atraso, ou a Manaus. Apesar da dificuldade, boa parte dos produtores, quando vai à cidade, não deixa de ler o noticiário. Em Manápolis, sete produtores dizem ler os jornais nessa situação. Em São Sebastião, seis também procedem assim.

O meio de comunicação que predomina mesmo nas duas comunidades é o rádio, ouvido sempre e a toda hora, algumas vezes até mesmo no campo. Em São Sebastião, todos ouvem “sempre” os programas de rádio. Em Manápolis, apenas três disseram ouvir “às vezes”.

Os programas preferidos giram em torno do rádio e da televisão e são, de um modo geral, os noticiários. Em Manápolis, foram citados a *Voz do Brasil* e os jornais das rádios Difusora e A Crítica, de Manaus (rádio), o *Globo Rural* e o *Jornal Nacional* (televisão). Em São Sebastião, aparece como novidade o programa de rádio *Momento Rural*, produzido por técnicos do Idam, e o programa de avisos, ambos transmitidos pela rádio Alvorada de Parintins.

Os produtores de Manápolis recebem as informações sobre agricultura através do *Globo Rural* (cinco pessoas), da *Voz do Brasil* (três pessoas), do rádio de um modo geral (duas pessoas) e somente através de conversa face a face com técnicos da área (uma pessoa). Em São Sebastião, as informações chegam pelo programa *Momento Rural* (oito pessoas), pelo *Globo Rural* (duas pessoas) e pelos dois programas ao mesmo tempo (duas pessoas). Apenas uma pessoa disse não receber esse tipo de informação por nenhum meio de comunicação.

De um modo geral, percebe-se que, nas duas localidades, existe quase um consenso da necessidade das informações divulgadas pelos meios de comunicação, até para poder solicitar crédito, dar preço nos produtos, questionar os técnicos que visitam a área, e cobrar dos políticos que vão pedir votos em época de eleição.

Um dos exemplos nesse sentido vem do agricultor Arlindo Tanaka, 46 anos, que cursou até o primário e vive em Manápolis há quatro anos. Filho de pai japonês, que veio para o Brasil depois da Segunda Guerra, Tanaka não perde a *Voz do Brasil*. Seu interesse está em saber os projetos que são aprovados no Congresso e a participação dos parlamentares do Estado, “para poder armar estratégias”. Ele considera que é preciso “ter uma visão do que está acontecendo, para elaborar os programas da comunidade e para poder conversar com os técnicos de forma democrática”.

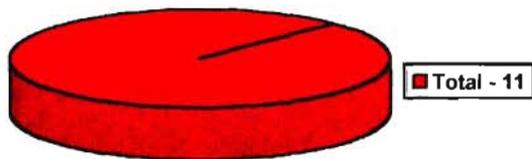
Jorge Luiz Aguiar, 28 anos, também de Manápolis, reforça que os noticiários são importantes, principalmente para o agricultor saber onde procurar linha de crédito para financiar a produção. “Se o produtor não tem a informação, não sabe o que fazer”. O vizinho, Valdomiro França, 53 anos, concorda: “A gente estando bem informado é melhor para planejar as coisas”.

Em São Sebastião a situação não é diferente. A necessidade de informação é quase uma questão de sobrevivência. Zenilson Reis Carneiro, 46 anos, presidente da comunidade, assiste TV todas as noites e rádio toda hora que pode. Diz que, até pelo compromisso que tem com a comunidade, precisa estar bem informado, “para repassar para os outros”. Ele, assim como Edemir de Souza Teixeira, “sô” Bibi, suga tudo o que pode dos noticiários - informações sobre a atividade agrícola, movimento financeiro, bancário, formas de crédito, preços etc.

Os que demonstram pouco caso com as informações divulgadas através dos meios de comunicação, via de regra (nas entrevistas), encontram-se em extrema dificuldade, dizendo-se desanimados com a vida rural. É o caso de Sizenando Souza, 63 anos, de Manápolis: “Até há pouco tempo sentia falta desse tipo de informação. Mas já perdi o ânimo de fazer uma produção mais evoluída, por causa da dificuldade para vender”.

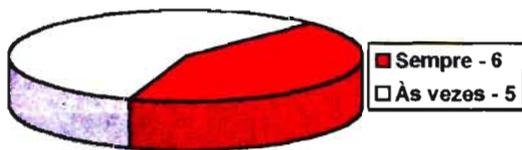
É o caso, em São Sebastião, de Zelza Reis Carneiro, 53 anos: “Conheço a agricultura desde criança. Tenho a prática que recebi dos meus pais. Os programas têm muito pouco a ver com a realidade. Não vou perder meu tempo”. E de Manoel Simas Nascimento, 45 anos: “Os programas ensinam coisas que não dá para fazer. A gente aprende à custa própria, com a inteligência da gente. Já senti falta de informações. Agora não. Não vou nem em reunião, porque não vai servir de nada. Eles conhecem nosso trabalho só no papel. A gente é que sabe o que dá e o que não dá. Mandam plantar coisas que não tem mercado, que vai dar prejuízo”.

RESULTADOS DAS ENTREVISTAS NO RAMAL DO MANÁPOLIS

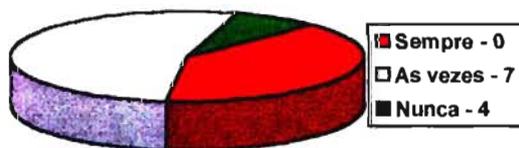


AUDIÊNCIA

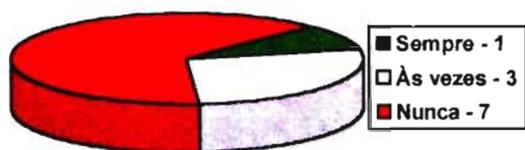
Televisão



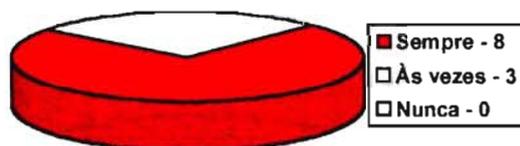
Jornal



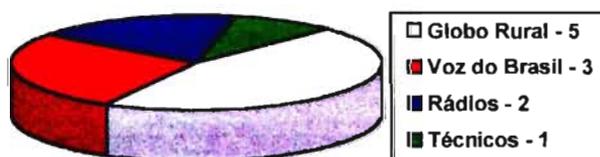
Revista



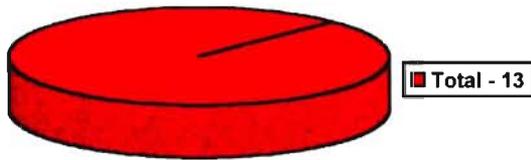
Rádio



INFORMAÇÕES SOBRE AGRICULTURA

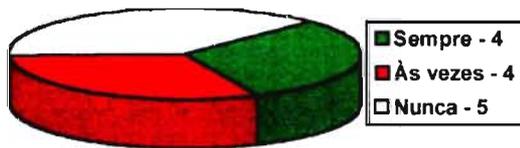


RESULTADOS DAS ENTREVISTAS EM SÃO SEBASTIÃO DO BOTO

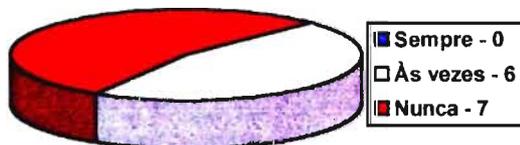


AUDIÊNCIA

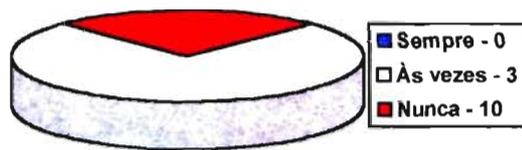
Televisão



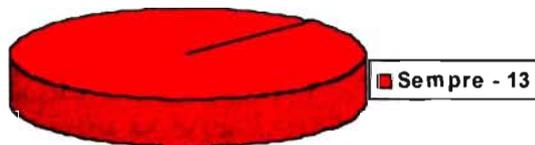
Jornal



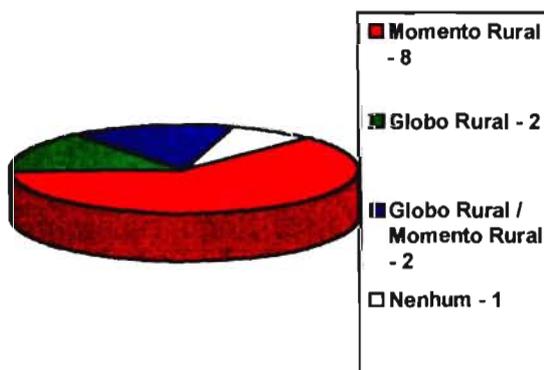
Revista



Rádio



INFORMAÇÕES SOBRE AGRICULTURA



2.1. *Uso ou Consumo*

As informações sobre agricultura chegam a São Sebastião do Boto e a Manápolis pelo rádio ou pela televisão. Os que recebem as informações pelo rádio, o fazem geralmente em casa, mais precisamente na cozinha, na hora do café da manhã, junto com a família. Todos dão palpite sobre o que está sendo transmitido. No caso da televisão, o ambiente é a sala, o horário é sempre à noite, e os produtores que possuem aparelhos costumam assistir aos programas na companhia de parentes e vizinhos.

Em São Sebastião do Boto e em Manápolis, audiência nem sempre é sinônimo de “adoção”. Aliás, existe uma grande distância que os separa. Os produtores rurais assistem ou ouvem determinados programas assiduamente, mas não perdem de vista que a realidade mostrada na televisão ou relatada pelo rádio nem sempre é compatível com o modo de vida deles. A realidade determina por si só o que podem e o que não podem usar. Na maioria das vezes, não podem.

Em alguns casos, de acordo com as entrevistas, as informações recebidas são adaptadas à realidade da região ou ficam apenas armazenadas como possibilidades. Algumas vezes servem de estímulo para continuarem tentando a vida no campo, outras vezes só causam desânimo. Servem ainda como orientação para reivindicarem linhas de crédito, assistência técnica, ou para se organizarem.

Em São Sebastião do Boto, os produtores Joaquim Barbosa, 48 anos, e Valmira Teixeira, 46 anos, são exemplos típicos de que existe uma enorme separação entre consumo e adoção no meio rural. Para eles, assistir ao *Globo Rural* já virou um hábito, apesar de não costumarem usar as informações que recebem. “A gente vê muita coisa bonita. Mas, no final, voltamos a fazer o que podemos, o que estamos acostumados, o que sabemos que vai dar certo com os recursos que temos”, diz ela.

Já Zenilson Reis Carneiro, 46 anos, tira proveito de tudo o que ouve, nem que seja apenas como pauta para ser discutida nas conversas informais ou nas reuniões da comunidade. Ele não adota tudo o que ouve, mas tira alguma lição, alguma informação que arquiva e pode ser sacada em momento oportuno. Em algumas ocasiões, usa a informação recebida, adaptando-a à sua realidade cotidiana. Zenilson diz que vai ouvindo e aprendendo, até porque, pela sua condição de presidente da comunidade, precisa “interpretar” as informações para os colegas que não entenderam.

Nas conversas com os colegas, ele relata que as informações recebidas pelos meios de comunicação são discutidas, cada um dá sua interpretação ou coloca dúvidas para serem esclarecidas pelos que se acharem em melhores condições para explicar. “Trocamos informações até se chegar a um denominador comum - se é bom ou não para nós. Às vezes

as informações são direcionadas para comunidades de terra firme, áreas totalmente diferentes da nossa”.

Por esse motivo, Zelza Reis Carneiro, 53 anos, revela que quase não assiste mais aos programas com cunho técnico-científico. “Eles ajudam nas áreas de terra firme”, reclama, afirmando que os programas ensinam coisas que não dá para aplicar na várzea ou que são incompatíveis com a situação financeira dos agricultores da região. Ela acredita que as informações transmitidas podem de fato surtir o efeito mostrado ou relatado, porque está vendo ou ouvindo o testemunho dos produtores que dizem ter usado.

Diz, ainda, que as informações que recebe chegam a ser úteis, no sentido de poder aplicar, somente no que se refere a assuntos como orientações sobre saúde e manipulação de remédios caseiros. “Ajudam na família e não no trabalho”.

“Sêo” Bibi, 52 anos, assiste ao *Globo Rural* assiduamente. A justificativa que ele dá é o fato de o programa tratar de atividades do seu “campo de trabalho”, que lhe são “úteis”. Útil, para ele, alcança uma amplitude que vai desde “como se faz agricultura, pecuária, como se planta, como se colhe, remédios para combater doenças” até “movimento financeiro, bancário, sistemas de crédito, preços dos produtos”. Informações sobre política, por exemplo, não lhe interessam. “A política tá tão desacreditada, ninguém acredita. Prefiro informações mais úteis”.

As informações do *Globo Rural*, segundo ele, o ajudam muito. “Vejo novas tecnologias, mais avançadas, que ajudam a aprimorar o trabalho, incentiva, instrui”. “Sêo” Bibi garante que coloca em prática o que apreende, quando tem condições financeiras para adotar. “Hoje temos que obedecer a tecnologia. Temos que usar porque, senão, a produção é mínima. É preciso trabalhar muito, mas produzir também. Grandes produtores usam máquinas que fazem o trabalho de 100 homens - vejo no *Globo Rural*. As informações sobre novas tecnologias é que trazem o progresso pra gente. A despesa é grande, precisamos ter uma produção maior, para superar. As máquinas produzem em grande escala e podemos vender com maior preço. No braço não dá”.

“Sêo” Bibi diz que as informações do *Globo Rural* precisam ser adaptadas às condições da região e do bolso de cada um. “Algumas informações não podem ser aplicadas devido ao clima, mas outras podem. Eu uso as que são do meu ramo e que tragam benefício - o resto escuto, acho bonito, mas se não está no ramo, na vocação...”.

Ele acredita na veracidade das informações, porque “vê” os produtores entrevistados relatando as experiências bem-sucedidas. Em todo programa, ele tira pelo menos uma informação que considera útil. Aliás, ele diz tirar algo de útil “até das novelas” que, na sua opinião, mostram muito da realidade - “mas muitos não assistem de forma crítica”.

Manoel Simas Nascimento, 45 anos, já desistiu de acompanhar programas voltados para o meio rural, porque, segundo ele, orientam o plantio de culturas que não têm mercado na região, “que vai dar prejuízo”.

No caso de Joaquim Barbosa, 48 anos, e de Valmira Teixeira, 46 anos, existe a consciência de que as informações transmitidas são importantes. Entretanto, eles não vêm como aplicá-las. “Falta recursos ou a região é diferente, o maquinário é diferente. Falta condições para usar”, garantem. Os dois acreditam que se pudessem fazer como é sugerido nos programas teriam sucesso. Mesmo assim, segundo eles, tentam aplicar “alguma coisa”, “na medida do possível”, adaptando à realidade.

João de Souza, 46 anos, Maria Saúde Lima, 35 anos, e Daniel Carneiro, 26 anos, ouvem o programa *Momento Rural*, mas revelam que não possuem interesse em informações técnicas, porque não conseguem compreendê-las. “Seria melhor se fossem explicadas na prática, se viesse um técnico aqui”, opina Maria Saúde. Eles preferem dar atenção às informações sobre cursos e eventos para produtores rurais e sobre as formas de atuação das associações da região.

Daniel argumenta que, se o programa *Momento Rural* apresentasse mais informações sobre agricultura (o programa é mais voltado à pecuária), ouviria-o com mais frequência. “Se tivesse todo domingo um técnico falando sobre uma cultura, explicando como se faz adubação, controle de doenças, com certeza eu ouviria”.

José Simas, 47 anos, também sente falta de explicações mais detalhadas, para entender melhor as informações. “Muitas vezes tenho vontade de criar boi só por causa do programa (*Momento Rural*), que se volta muito para isso”.

Maria Auxiliadora Nascimento, 48 anos, também diz que gostaria de obter informações mais detalhadas sobre o que é transmitido, “inclusive também informações sobre agricultura, mais direcionadas a minha atividade”. Na mesma situação, Maria Edna Oliveira dos Santos, 49 anos, preferia receber informações acessíveis, “que pudesse entender”. “Confio no que estão explicando, mas não sei como usar”.

Domingos Reis Carneiro, 60 anos, afirma que não dá atenção às informações agrícolas, porque hoje produz muito pouco, apenas para o consumo. “Não costumo usar as informações”, diz ele, desanimado, justificando que não interessam em “quase nada” para o trabalho que desenvolve.

Em Manápolis, a situação é semelhante, porém, nota-se um interesse maior nas informações sobre financiamentos, talvez pela proximidade da região com a capital, onde as decisões são tomadas.

Jorge Luiz Alves de Aguiar, 28 anos, por exemplo, ouve a *Voz do Brasil* e, quando pode, o *Globo Rural*, na casa de vizinhos que têm

televisão. Diz que as informações que recebe, por esses dois programas, são úteis porque pode se mobilizar para reivindicar o que dizem ser de direito do produtor rural. “Ficamos sabendo sobre financiamentos antes mesmo de serem encaminhados pelo Idam ou pelo Incra. Se não temos as informações, não sabemos o que fazer. Ficamos só ouvindo o que as autoridades dizem e que nem sempre é verdadeiro. Só fico descontente quando partimos para a realidade, para colocar em prática. A burocracia acaba atrapalhando. É muito bonito quando citam os créditos que a gente tem direito. Mas quando a gente vai buscar...”.

Na mesma linha, Arlindo Tanaka, 46 anos, diz que as informações (da *Voz do Brasil*) são úteis para que fique conhecendo os programas do Governo federal. “Podemos, assim, compatibilizar com o que estamos discutindo aqui, com a Prefeitura, o Governo estadual, a Universidade. Às vezes abrem uma linha de crédito, fico sabendo, informo aos outros e procuro saber das autoridades. Fico sabendo, também, dos órgãos que estão vendendo sementes de qualidade e telefone. Fico de olho no capital que está circulando no Estado, para ver o que podemos utilizar. O que é aprovado no Congresso uso como respaldo para obter conquistas na região. De cada coisa aproveito alguma coisa - uso os projetos rurais do Sul (que são citados no programa) para criar uma visão no Norte”, declara, afirmando que tem muita informação, entretanto, que não é “agradativa”. “É feita de uma maneira que não é praticável no campo ou coisas que não são verdade, como o 3º Ciclo (programa do Governo estadual, voltado para a área rural). Nem sempre o que se diz é real”, avalia.

Na opinião de Valdomiro Carlos de França, 53 anos, estar informado é fundamental para planejar “as coisas”. Mas, ele não sabe se algum dia terá condições de aplicar o que os programas rurais indicam para o campo. “A gente não tem condições de fazer o que eles dizem ou mandam. Não tem dinheiro suficiente”.

Para Carlos Pereira, 46 anos, os programas têm o mérito de incentivar a produção rural. “Estimula, principalmente eu que não estava acostumado, nunca tinha pegado num cabo de enxada. Precisamos conhecer as técnicas”. Sobre a adoção das informações, faz um comentário: “Quem dera ter condições para fazer...”.

Também para Olgariana de Lima Quintino, 42 anos, os programas são estimulantes. “Dá um despertamento”, diz ela, para comentar em seguida que, mesmo assim, preferia a presença do técnico ensinando no campo. “Para usar o que assisto ou ouço teria que ter bem certeza. Muitas vezes não entendo direito”.

Osmarino Nicácio da Silva, 52 anos, diz que o que vê no *Globo Rural* serve como referência. A prática, segundo ele, é mais importante. Ele conta que costuma consultar técnicos da Embrapa sobre o que vê no

programa. “Se desse para, semanalmente, discutir com os técnicos no campo sobre o que assistimos, a melhoria era certeza”.

Kirki Douglas Santos Tanaka, filho de Arlindo Tanaka, casado e dono de uma propriedade, também consulta os técnicos sobre o que não entende. O ideal, na sua opinião, seria um programa com acompanhamento do técnico no campo. “Geralmente não tenho como usar ou não sei como usar”, argumenta.

Entre os desanimados, abatidos pela situação no campo, encontra-se Sizenando Prates de Souza, 63 anos. Diz que não põe em prática as informações que recebe dos meios de comunicação. “Parece que dá muito trabalho, acho que não vou dar conta, o material precisa vir de fora, não tenho condições de fazer”, lamenta, justificando que preferia uma orientação “pessoal”, de alguém da comunidade que se propusesse a orientar sobre o que é divulgado no *Globo Rural*.

A carência de assistência técnica, de acordo com o produtor Genésio Liarte da Cruz, 64 anos, torna programas como *Globo Rural* úteis. “A única assistência que temos aqui é da Embrapa. Então, o *Globo Rural* vem cooperar conosco”, diz ele. Entretanto, afirma que gostaria de ter informações mais próximas a sua realidade, assim como preferia receber as orientações diretamente dos técnicos da extensão e da pesquisa.

João Cândido Valentino, 58 anos, não usa as informações porque “a situação não permite”. Do jeito que as informações são colocadas nos programas, diz ele, “parece que só nós temos problema. Pra eles tudo é fácil”. Ortênio Ribeiro dos Santos, 60 anos, também não usa por falta de dinheiro. “Não temos ajuda de ninguém, só de Deus”.

2.2. Seleção/Leitura

Os produtores rurais de São Sebastião do Boto e de Manápolis agem de forma semelhante na hora de escolher uma programação. Geralmente, mostram-se propícios a assistir/ouvir programas que retratem situações próximas à sua realidade⁹, aos seus problemas. Na maioria das vezes, se inclinam mais por programas noticiosos.

Em São Sebastião do Boto, o produtor Domingos Reis Carneiro, por exemplo, assiste “bem pouco” o *Globo Rural* porque diz que não está produzindo quase nada, apenas para a subsistência, vive na propriedade do irmão e não tem dinheiro para investir, o que reduz o seu interesse em aprender novas técnicas. “O que eles dizem não interessa quase nada para o meu trabalho. Não sinto falta desse tipo de informação. Não interessa”.

⁹Quando se fala em “realidade”, o conceito adotado é o mesmo usado por Berger e Luckmann, já discutido no capítulo “Aspectos Teóricos”.

Domingos mora há 15 anos na propriedade do irmão. Tem meses que não produz nada.

Daniel Carneiro ouve o *Momento Rural* raramente, porque o programa é mais direcionado a pecuaristas. “Se tivesse todo domingo um técnico falando sobre uma cultura, explicando como se faz adubação, controle de doenças, o programa teria mais audiência”, afirma.

Em Manápolis, Arlindo Tanaka assume a preferência pelo programa de rádio *Voz do Brasil*. O programa, diz ele, traz as informações que necessita para elaborar projetos junto a Prefeitura, Governo do Estado e órgãos de pesquisa, ensino e extensão. São informações sobre crédito, projetos aprovados no Congresso, preços de produtos agrícolas, financiamentos etc. Já Osmarino Nicácio prefere o *Globo Rural*, onde diz encontrar uma série de informações que são úteis em sua atividade.

A proximidade com a realidade também é um dos critérios utilizados pelos produtores para decidir o destino que darão às informações recebidas. Mas é o recurso financeiro que pesa mais na hora de decidir o que transpor da “tela” para o campo. Estes critérios são discutidos no momento da recepção, na hora em que assistem/ouvem os programas, seja com a família ou com os colegas, e também nas reuniões de associações e nas conversas informais. Alguns, para decidir, procuram a ajuda dos mais experientes e algumas vezes consultam os técnicos do Idam.

No processo de julgamento das informações que recebem, os produtores de ambas as comunidades colocam em prática o conhecimento¹⁰ que possuem do negócio agrícola e seus riscos, adquirido em anos de trabalho e confirmado pela experiência.

Vejamos declarações sobre o que ouvem/assistem de informações agrícolas e que fortalecem o que foi colocado:

São Sebastião do Boto

“Sêo” Bibi (*Globo Rural*) - “Uso as informações que são do meu ramo e que vejo que trarão benefícios - o resto escuto, acho bonito, mas se não está no ramo, na vocação... Procuro sempre escutar pessoas mais experientes, antes de adotar uma informação. Costumo pegar as informações e confrontar com a experiência que tenho. Antes de adotar qualquer coisa, procuro me inteirar. Tem umas coisas que não dá pra adotar, todos os conselhos... Uso o que interessa. Mas acho importante ouvir tudo. Posso guardar a informação. Ela pode ser útil algum dia. O que não uso serve de incentivo”.

¹⁰O conceito de “conhecimento” também é o mesmo usado por Berger e Luckmann.

Manoel Simas (*Momento Rural*) - “Não encaixa no que faço. Ensinam coisas que não dá pra fazer, que é mais para pecuária. Chego à conclusão que não dá para usar o que dizem, por conta própria, com a minha experiência”.

Zenilson Carneiro (*MR*) - “Discuto as informações com os companheiros, até chegarmos a um denominador comum - se é bom ou não para nós. Às vezes são informações direcionadas à comunidades de terra firme, áreas totalmente diferentes da nossa. Uso a minha experiência, o meu conhecimento, e o dos colegas, para julgar as informações. Algumas (informações), por exemplo, já chegam ultrapassadas, já até deixamos de fazer como estão orientando”.

Zelza Reis Carneiro (Rádio, de um modo geral) - “Uso muito pouco as informações. Não têm muito a ver com o meu trabalho. Por isso não adoto. Geralmente, converso com os vizinhos sobre o que entendi, o que gostei, para ver se será útil. Procuro ver se tenho recursos. Mas sempre falta recursos”.

Joaquim Barbosa (*GR*) - “Vejo que não tenho condições de aplicar o que dizem por falta de recursos ou porque a região que eles mostram é diferente da nossa. O maquinário também é diferente”.

Valmira Teixeira (*GR*) - “Converso com os amigos, discuto as informações até nas reuniões com os técnicos do Idam. Vejo muitas coisas bonitas, fico com a sensação do tipo ‘se a gente pudesse fazer...’. Mas voltamos a fazer o que podemos, o que estamos acostumados. Falta recursos para adotar”.

João Souza (*MR*) - “Para que eu use uma informação o que pesa mesmo é o dinheiro. Às vezes fico conhecendo, pelos programas, técnicas para combater insetos, mas não tenho dinheiro para investir”.

Maria Saúde (*MR*) - “Costumo usar as informações que tenho condições (recursos financeiros) de adotar, porque são úteis para melhorar o trabalho da gente. O que pesa mesmo é o dinheiro. Às vezes sei qual é a técnica para combater insetos, por exemplo, mas não tenho dinheiro para investir”.

José Simas (*MR*) - “Discuto sempre as informações com os mais próximos, nos encontros, nas visitas, nas reuniões. Utilizo a experiência para julgar as informações que recebo e para selecionar as que vou adotar. Tem técnicas que fico na dúvida se vou usar, porque são de outras regiões. Avalio nas conversas com os colegas”.

Maria Auxiliadora (*MR*) - “Ouço o programa com o meu marido e discuto o que pode e o que não pode dar certo, se vai dar lucro mesmo, se temos condições financeiras para adotar”.

Maria Edna (Rádio, de um modo geral) - “Comento as informações com o meu marido, sobre o que podemos usar. Costumo usar apenas as que entendo e tenho dinheiro para aplicar”.

Domingos Carneiro (*GR*) - “Não costumo usar as informações, porque hoje produzo pouco. Não interessa quase nada para o meu trabalho”.

Daniel Carneiro (*MR*) - “O que ouço fica na cabeça. Penso: acho que não vai dar certo, porque não tenho experiência ou já conheço e sei que não vai dar certo. Algumas vezes procuro os técnicos do Idam para saber se pode ser útil para mim”.

Ramal do Manápolis

Jorge Luiz (*GR*) - “As informações que recebo, repasso para os presidentes das comunidades próximas, para lutarmos pelo que temos direito. A gente vê o que dá para a nossa área, adapta e aplica. Procuro me informar, porque o programa é mais para o Sul. Penso, vejo se tem cabimento para mim, recorrendo à minha experiência e também saio perguntando com os outros produtores. Falo o que vi e discuto sobre a utilidade. O recurso é a maior dificuldade. Recorro sempre aos pesquisadores, para não ter muito risco de perder dinheiro. Trabalho muito com a caneta, calculando”.

Arlindo Tanaka (*VB*) - “Costumo discutir com os vizinhos as informações, se é útil ou não, se tem a ver com a gente. Sempre que decido usar é a que vejo que alcanço. Recorro à minha experiência, mas também recorro aos órgãos competentes. Se é sobre educação, recorro à Universidade para saber como vai operar na prática. Se for sobre pesquisa, recorro à Embrapa ou ao Idam. Cada coisa se faz em cada lugar definido”.

Valdomiro França (*VB*) - “Escuto, mas não comento. Fico achando bom, mas acho que não dá para executar. Às vezes só é que comento com os vizinhos. Comentamos o que poderíamos fazer se tivéssemos condições. Vejo que algumas, por falta de dinheiro, nunca vão se realizar”.

Carlos Pereira (GR) - “Comento com os outros agricultores, passo adiante as informações que uso, principalmente quando alguém comenta que a minha roça tá bonita. Muito do que vejo, penso: quem dera ter condições para fazer. Mas, quando vejo que não vai dar certo, pela experiência que tenho, não sigo a orientação. Os técnicos que aparecem estudaram, mas não têm a nossa experiência”.

Osmarino Nicácio (GR) - “Na família, todos dão opinião - se vai ser bom, se tem possibilidade de usar, se vai dar lucro. O peso maior (de opinião) é o meu. Eu decido. Uso o que está ligado à minha atividade. Algumas vezes dão informações boas, mas jogo no bico do lápis e vejo que não posso. Quando estou em dúvida, consulto os técnicos para ver o que eles acham. Deixo a critério deles. Passam coisas boas (no programa), mas dispendiosas”.

Kirki Douglas (Rádio, de um modo geral) - “Comento com a esposa sobre a utilidade da informação. Recorro a Embrapa, ao Idam, para tirar dúvidas. Comento com os vizinhos, nos fins de semana, discuto sobre a falta de dinheiro para aplicar, de assistência, de acompanhamento”.

Sizenando Souza (GR) - “Geralmente, comento com a mulher, com os filhos, fico com vontade de fazer, aparece muita coisa bonita, mas não posso, falta condições (financeiras)”.

João Cândido (VB) - “Discuto com o grupo da associação nas reuniões. Os comentários são de que ‘aqui pra nós isso não chega (financiamentos), não vem’. Só uso o que posso, o dá para fazer com o dinheiro que tenho”.

Genésio Liarte da Cruz (GR) - “Para usar, vejo se tenho recurso financeiro. Depois, converso com os mais antigos, os mais experientes, se acham bom aplicar, se é possível”.

Olgarina Quintino (Rádio) - “Discuto com os vizinhos a utilidade das informações pra gente. Procuro os técnicos para ter certeza se são úteis. Mas, só aplico quando o dinheiro dá”.

Ortênio dos Santos (Diz que só recebe informações agrícolas através dos técnicos, no sistema face a face) - “O que me impede de adotar o que eles orientam é a falta de dinheiro. O que dizem e o que passa na televisão e no rádio só serve como incentivo”.

2.3. O uso por si mesmo - diferentes leituras

Em um trabalho no qual compara o uso com o consumo de informações, Michel de Certeau afirma que o consumidor não pode ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila. “Entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da “ordem” que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles. Deve-se portanto analisar o uso por si mesmo” (Certeau, 1994:95).

Um exemplo da distância entre uso e consumo também pode ser visto no resultado de uma pesquisa publicada na Revista Imprensa, edição de junho de 1996¹¹. Ouvindo 639 pessoas, representando a população adulta de São Paulo, a revista concluiu que “o povo não é bobo e anda cada vez mais desconfiado das notícias que vê na telinha”. Em números significa que os telejornais da Rede Globo lideram a audiência com 84,2%. Mas, lideram também o ranking dos que mais distorcem os fatos, na opinião dos telespectadores - 37%, seguido pelo SBT com 29,8%. Em suma: assistir é uma coisa, concordar, usar o que é dito, é outra coisa diferente.

É por esse aspecto, que Certeau critica o fato de as estatísticas contabilizarem aquilo que é consumido, mas não as maneiras de utilização. “Estas se tornam invisíveis no universo da codificação e da transparência generalizadas” (Certeau, 1994:98). Ele considera que o consumidor faz “outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixavam para o seu uso”. Da mesma forma, ele exemplifica, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. “E, se de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Seleciona portanto”(Certeau, 1994:178).

Ao trabalhar com análise de discurso, Eni Orlandi aponta a existência de vários modos de leitura (seja do texto verbal, oral ou mesmo imagens) e suas correspondentes estratégias. A autora argumenta que o receptor, ao receber a mensagem, se constitui, se representa. A leitura, conclui, é o momento crítico de constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, em que os interlocutores se identificam como tais e, ao assim se constituírem, desencadeiam o processo de significação do texto. Os fatores que constituem essas condições, segundo ela, é que irão configurar o processo de leitura (Orlandi, 1983:184 e 185).

¹¹A pesquisa foi realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, com exclusividade para a Revista Imprensa. As opiniões foram colhidas entre os dias 25 e 27 de maio de 1996.

Orlandi considera que, na relação do leitor (receptor) com o texto (mensagem), dependendo das diferentes formas de interação estabelecidas (ou tipos de discurso, como o polêmico, o autoritário ou o lúdico), temos desde o simples reconhecimento do que o autor quis dizer, ou então a imposição de um sentido único que é atribuído pelo leitor ao texto (sem levar em conta seu autor), até leituras que permitem uma variação de sentidos de uma maneira bastante ampla (Orlandi, 1983:189 e 190).

Por esse mesmo caminho trafega Certeau, quando afirma que o leitor se “reapropria” no texto do outro: “(...) aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo (...) Esta mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. Ela transforma a propriedade do outro em lugar tomado de empréstimo, por alguns instantes, por um passante. Os locatários efetuam uma mudança semelhante no apartamento que mobiliam com seus gestos e recordações”(Certeau, 1994:49 e 50). Os proprietários, ele critica, são cegos para essa criatividade. Ou, eu diria, não podem dominá-la e, por isso, preferem ignorá-la, como se não existisse.

Certeau ironiza que escrever é sempre visto como produzir o texto; enquanto ler - ou ver (no caso da TV) e ouvir (caso do rádio) - é receber de outrem sem marcar aí o seu lugar, sem refazê-lo. “Ler é peregrinar por um sistema imposto”. Análises recentes, entretanto, ele cita, mostram que toda leitura modifica o seu objeto. Citando Borges, Certeau sentencia: “uma leitura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida”. E explica:

“O leitor não toma nem o lugar do autor nem o lugar de autor. Inventar nos textos outra coisa que não aquilo que era a “intenção” deles. Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações”(Certeau, 1994:265).

Quando aborda a questão da leitura seletiva, Umberto Eco afirma que o leitor é obrigado a optar o tempo todo. Os leitores, na sua interpretação, se dispõem a fazer suas escolhas no bosque da narrativa (metáfora usada para o texto narrativo) acreditando que algumas delas serão mais razoáveis que outras. A forma como efetuam as escolhas depende do nível de cada leitor.

Eco divide-os em dois tipos: o Leitor-Modelo, aquele tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar; e o Leitor-Empírico, que utiliza o texto como receptáculo de suas próprias paixões, as

quais podem ser exteriores ao texto ou por ele provocadas - “Não há lei que determine como devem ler”.

Ainda usando o bosque como metáfora, Eco diz que o leitor está sempre apto a escolher sua própria trilha:

“Mesmo quando não existem num bosque trilhas bem definidas, todos podem traçar sua própria trilha, decidindo ir para a esquerda ou para a direita de determinada árvore e, a cada árvore que encontrar, optando por esta ou aquela direção” (Eco, 1994:12-31).

Ainda que, em alguns casos, o faça sem muita disposição.

2.4. Condições de Recepção - Passividade ou Astúcia

De acordo com as entrevistas feitas nas comunidades de São Sebastião do Boto e Ramal do Manápolis, pode-se constatar que os produtores rurais até teriam do que reclamar, em relação às informações técnicas que recebem, através dos meios de comunicação, se estivessem dispostos a isso.

Sobre o *Momento Rural*, por exemplo, no caso de São Sebastião, eles acham que deveria ser mais voltado para a agricultura, mudar de horário e, em cada programa, ensinar um tipo de cultivo.

Quanto ao *Globo Rural*, os produtores ressentem-se de informações sobre a região Norte, onde as dificuldades de transporte para escoar a produção e de assistência técnica são mais acentuadas do que nos centros agrícolas do país. Também reclamam que as informações transmitidas são de difícil compreensão.

Apesar de terem do que reclamar, os produtores rurais entrevistados, unanimemente, nunca tentaram levar suas opiniões para a produção dos programas, seja através de carta ou de telefone. No caso do *Globo Rural*, a distância justifica. Mas, com relação ao *Momento Rural*, a atitude é de estranhar, uma vez que os técnicos do escritório do Idam em Parintins, responsáveis pela produção do programa, visitam a área de São Sebastião, pelo menos de vez em quando. Nem eles e nem os produtores rurais, entretanto, conversam sobre o programa. Os técnicos do Idam dão a audiência como certa e os produtores rurais fingem que está tudo bem. Os

técnicos nunca ficaram sabendo, por exemplo, que o programa é transmitido na hora da missa de domingo e que poderia até ter mais audiência se mudasse de horário. Também nunca foram procurados para explicar melhor os assuntos abordados no programa.

Vejamos algumas declarações:

São Sebastião do Boto

Manoel Nascimento (sobre o *Momento Rural*) - “Já senti falta de informação. Agora não. Já aprendi por minha conta própria. Não vou nem em reunião. Não vou porque não vai servir de nada. Eles não conhecem o nosso trabalho, só conhecem no papel. A gente é que sabe o que dá e o que não dá. Mandam plantar coisa que não tem mercado, que vai dar prejuízo. Isso não é culpa deles, é que o Governo não ajuda. O pequeno vive como pode, senão vai morrer de necessidade. Nunca pensei em reclamar, porque às vezes o programa não é bom pra mim, mas é pra outro. E como não vejo ninguém reclamar...”.

Zelza Carneiro (sobre o *MR*) - “Não dou importância ao programa. Esses programas não têm muito a ver com a minha realidade. Ficamos aqui pelo esforço da gente. Mas não sei se a culpa é da gente mesmo que não procura eles (os técnicos) para pedir uma orientação melhor. No horário do programa estou ocupada, me arrumando para ir à igreja - não vou perder tempo com aquilo. Os programas prometem tanta coisa (se refere às informações sobre financiamento) e não cumprem”.

“Sêo” Bibi (sobre os que não ouvem o *Momento Rural*, não assistem o *Globo Rural* e nem participam das reuniões da comunidade) - “Falta instrução ao povo, falta apoio do Governo. O povo não acredita mais nas promessas, está desestimulado”.

Zenilson Reis Carneiro (sobre o *MR*) - “Estou satisfeito com as informações, mas acho que deveriam informar mais. Orientar mais, junto ao produtor. O produtor deveria ter mais participação, sendo entrevistado, dando sua opinião, dizendo o que está pensando. Se pudesse, eu pediria para mudarem o horário do programa. Colocaria 7:00 horas, porque no horário que é hoje (às 7:30 h) nós estamos indo para a capela. Conheço as pessoas que fazem o programa, mas nunca conversei sobre isso com eles. Acho que não houve um interesse maior da minha parte”.

Joaquim Lima Barbosa/ Valmira Teixeira (sobre o *Globo Rural*) - Nunca tentaram contato com a produção. “Seria bom, porque eles poderiam, no

programa, explicar coisas que tivessem a ver com a nossa realidade”, diz ele.

João Souza (sobre o *MR*) - “Tenho contato com o pessoal do Idam, mas não conversamos sobre o programa. Eles também não perguntam nada. Falta comunicação da gente, mas não encontro dificuldade de me relacionar com eles. Mas sinto falta de mais assistência, uma coisa mais prática, mais constante”.

Maria Saúde (sobre o *MR*) - “Gostaria que fosse duas vezes por semana e que falassem sobre uma determinada agricultura a cada programa, como uma aula. Nunca falei sobre isso com eles”.

José Simas (sobre o *MR*) - “Gostaria que tivesse mais informações sobre agricultura, mas nunca falei sobre isso com eles”.

Maria Auxiliadora (sobre o *MR*) - “Acho importante o contato com o pessoal do programa, para pedir informações que tenham mais a ver com o nosso trabalho. Até os outros serão beneficiados e vão ter mais curiosidade de ouvir o programa. Mas nunca falei com eles (da produção) sobre isso”.

Maria Edna (sobre o *MR*) - “Preferia que fossem informações mais acessíveis, para que entendêssemos. Ainda não tentei falar com eles, mas acho importante que eles saibam do que precisamos”.

Domingos Carneiro - Não ouve os programas, não sente falta das informações, mas também não acha que deveriam ser diferentes para conquistar sua atenção.

Daniel Carneiro (sobre o *MR*) - “Incluiria mais informações detalhadas sobre agricultura, principalmente sobre hortaliças. De um modo geral, o programa não atende a minha necessidade. Falta informações sobre agricultura, falar de culturas, como fazer semeio. Também não entendo muito quando eles falam, falam chiado, o som sai baixo. Nunca conversei com eles sobre isso. Tô até pensando em ir. Acho que posso alertar para melhorar o programa. É importante falar. Se a gente não for, nunca vai melhorar”.

Ramal do Manápolis

Jorge Aguiar (sobre o *GR*) - “Gostaria que falassem mais sobre o pequeno agricultor - só falam que está devendo. Deveria ter mais espaço para o pequeno. Medem a gente pelos que não deram certo, não pagaram seus créditos. Acho importante tentar uma comunicação com a produção do programa, mas acho que falta cultura para a gente se comunicar”.

Arlindo Tanaka (sobre a *VB*) - “Nunca tentei entrar em contato com a produção do programa. Já coloquei essa opção para os companheiros. Mas até hoje não tentamos, mas sinto necessidade de fazer, porque a mídia acaba prejudicando a gente hoje, porque não temos a menor condição de sustentar a mídia, porque não temos acesso. Precisamos ter uma parceria para ter mídia. Não temos potencial financeiro para fazer mídia. A mídia da Embrapa foi a que mais desenvolveu o projeto Iporá (assentamento onde mora) - mídia que deu boa característica ao trabalho de um padrão que não envergonhou nem a Embrapa e nem os produtores”.

Valdomiro França (sobre a *VB*) - “Apenas escuto para ver o que se passa lá fora. Sei que estou distante das decisões (por isso acha que não vale a pena o contato com a produção do programa)”.

Carlos Pereira (sobre o *GR*) - “Vejo coisas que não estão certas, porque sei com a experiência que ganhei no dia-a-dia. Os técnicos (que dão entrevista) estudaram, mas não têm experiência. Acho importante entrar em contato com o programa, porque o agricultor tem que estar bem informado, mas nunca senti necessidade”.

Osmarino Nicácio (sobre o *GR*) - “Gostaria de receber as informações por escrito - outras instituições poderiam fazer isso, para que nós pudessemos consultar depois. Tudo escrito. Qualquer coisa era só ir lá e pegar. Penso que quem sabe um dia vai chegar a oportunidade de eles (do programa) virem aqui com a gente, mostrar a nossa realidade. O fato de eles virem algum dia seria a indicação de que estamos no caminho certo, de sucesso. Queria mostrar para eles que estamos acompanhando o objetivo deles. Mas nunca tentei nenhum contato”.

Kirki Douglas (sobre os programas do rádio) - “O acesso é difícil (é como justifica o fato de não tentar contato com a produção dos programas que ouve)”.

Sizenando Souza (sobre o *GR*) - “Acho importante falar com a produção do programa. Mas, como falar com esse povo? As cartas que mostram (na

televisão) são só com exemplos de São Paulo, Santa Catarina, Paraná. Nunca vi do Norte”.

João Cândido (sobre a *VB*) - Nunca pensou em entrar em contato com a produção do programa, mas se queixa: “Do jeito que falam até parece que só nós temos problema”.

Genésio Liarte (sobre o *GR*) - “O vizinho fez uma carta para saber o problema que tá dando no caju, que não dá fruto. Flora, mas não sustenta o fruto. Está aguardando resposta. Eu acho importante esse contato, porque vem a informação correta. O que os técnicos daqui informaram, até agora, não deu certo. Conversei com ele (o vizinho) e disse para ele pedir para o filho dele, que é advogado, escrever para o *Globo Rural*. Faz 3 ou 4 meses que mandou a carta. Não teve resposta”.

Olgarina Quintino (sobre os programas do rádio) e Ortênio dos Santos (sobre o jornal da rádio Difusora) - Limitaram-se a dizer que preferem as informações dos técnicos locais, porque não entendem direito as que recebem através dos meios de comunicação. Nunca reclamaram sobre isso.

As declarações acima mostram que a recepção é um espaço de jogo, de mediação, em que as peças são movimentadas ora em posição de ataque ora em posição de defesa, conforme a situação. Ao mesmo tempo em que desabafam, colocam “panos quentes”, como se a suposta passividade fosse nada mais do que uma maneira de sobreviver. Avançam e recuam - o programa não é bom, mas a culpa é do Governo, entidade menos palpável do que os técnicos do Idam; não reclamo, mas também não faço, não participo. A passividade que demonstram parece mais um sinal de desencanto.

Os produtores rurais objeto da pesquisa, mostram-se dispostos a qualquer coisa para sair da extrema pobreza em que vivem. Alimentam sempre uma pequena esperança de que, um dia, os recursos da pesquisa e da extensão cheguem até as suas propriedades. Por conta disso, dos recursos, dos incentivos, aceitam fazer parte dos projetos, ainda que não entendam direito o objetivo ou mesmo discordem. E, também por isso, alternam suas opiniões deixando transparecer o cetismo apenas quando se sentem seguros de que isso não se reverterá em cortes de verbas ou de possibilidades de projetos futuros em suas propriedades.

Exemplos nesse sentido aparecem em uma entrevista aplicada entre seis produtores rurais vizinhos ao ramal do Manápolis, onde a Embrapa mantém o projeto de sistema agroflorestal. O projeto foi implantado em Manápolis por sua localização que, teoricamente, permite a disseminação

de informações para várias comunidades do Iporá, assentamento do Incra.

No Iporá, assim como na maioria das propriedades rurais do Amazonas, produz-se mandioca em sistema de monocultivo. Plantam, comercializam apenas na época da safra, depois queimam a área para poder plantar de novo e, após o terceiro ano, precisam mudar para um novo terreno, por causa do desgaste com a queimada. No sistema agroflorestal, combinam várias culturas em uma mesma área, aumentando a oportunidade de comercialização, racionalizando o uso da terra e evitando os desmatamentos.

Os vizinhos de Manápolis, onde o projeto de sistema agroflorestal já é uma realidade - os produtores já estão comercializando as primeiras safras -, oscilam entre mostrar que sabem da existência do que se passa ao lado (seria quase impossível não perceber, porque as comunidades são bem próximas) e fazer crer que nunca ouviram falar sobre o assunto, bastante divulgado pela Embrapa, até pelos meios de comunicação. Mostram-se céticos de que o projeto possa ser ampliado para outras comunidades, até fazem pouco caso, mas, quando sentem que essa pode ser uma possibilidade concreta, reformulam o discurso.

Vizinhos do projeto ecologicamente correto da Embrapa, alguns produtores vivem de cortar árvores para fabricar carvão. Não pensam em mudar de atividade, a menos que a Embrapa invista recursos para adotarem o sistema agroflorestal... ou outro projeto qualquer.

Vejamos as contradições:

José Francisco dos Santos, 59 anos, proprietário de 40 ha (além de mandioca, produz carvão) - “Já ouvi falar em sistema agroflorestal, alguém do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Florestais) falou. Parece que aplicaram por aqui, mas ainda não tive curiosidade de ver”. Quando questionado se estaria disposto a implantar na sua propriedade, em uma fase de expansão do projeto: “Já falei para um técnico da Embrapa vir na minha área para ver se pode implantar aqui. Por minha própria conta não posso implantar, porque vou ter dificuldade para conseguir muda, orientação sobre adubo” .

Jairo Nascimento, 24 anos, 20 ha (planta mandioca e fruteiras) - “Sei, de informação por longe, que alguns vizinhos usam esse sistema”. Informa, depois, que o irmão e o pai, que moram em Manápolis, adotam o sistema agroflorestal.

Antônio Ferreira, 45 anos, 25 ha (corta uma média de 30 árvores por mês para fazer carvão) - “Ouvi no rádio sobre esse sistema. Não lembro o programa. Já ouvi falar que tem gente trabalhando com isso no Amazonas,

em Rio Preto da Eva não sei (Manápolis fica em Rio Preto). Não tenho idéia certa do que é. Ouvi explicação num curso que participei do Senar, mas foi uma coisa rápida. Sei que, em pouca área de terra, planta mais de uma coisa, um sem atrapalhar o outro”. Depois: “Vou fazer um projeto com sistema agroflorestal para ver se consigo financiamento (antes tinha dito que ia apresentar um projeto para plantar côco e pupunha)”.

Domingos da Silva Nogueira, 42 anos, 20 ha (produz carvão - corta 50 árvores por mês, e planta mandioca, abacaxi e cupuaçu) - “Ouvi falar pelo rádio, há uns 10 anos. Não sei o que é”. Depois, confessa que já visitou a área do produtor Sizenando Prates. “O cupuaçu, o abacaxi, a plantação toda dele tá muito bonita. Tenho intenção de plantar sim, mas se tiver apoio, se tiver assistência”.

Aldenor Nogueira, 45 anos, 20 ha (planta mandioca há 20 anos) - “Já ouvi falar em sistema agroflorestal. Não sei o que é. Nunca ouvi falar no projeto que a Embrapa desenvolve aqui, na combinação de plantas. Nunca ouvi falar”.

Getro Nascimento, 28 anos, 45 ha (planta mandioca, cana e banana) - “Ouvi muito pouco sobre isso (sistema agroflorestal), por longe”. Depois: “Estou esperando que um técnico venha aqui explicar, porque estou interessado em implantar”.

Logo de cara, no início da entrevista, a impressão que se tem é que as informações não fluem no Iporá e que os moradores, estranhamente, nunca perceberam a movimentação de carros e de técnicos da Embrapa e do Idam, na área. É também difícil aceitar a acomodação que demonstram ao dizer que nunca tiveram curiosidade de visitar as áreas onde o projeto está sendo implantado. No decorrer da conversa, entretanto, é possível notar que o conformismo, e até o pouco caso, se dá em função da falta de recursos para tentar projetos inovadores. As declarações amargas são uma resposta ao fato de se sentirem excluídos do projeto. É por isso que, ao leve sinal de que poderão fazer parte do projeto futuramente, adequam o discurso a essa possibilidade.

O conformismo que aparece no contato com o cotidiano, é interpretado nos textos de Maffesoli como uma das formas de resistência da massa, de seu ceticismo, “como uma atitude astuciosa que, frente às imposições sucessivas permite guardar “um ‘tanto para si’ fundamental” (Maffesoli, 1984:69). A sabedoria popular, segundo ele, se manifesta em forma de astúcia - o “homem comum” sabe ou sente quando convém usá-la ou se é preciso negociar. Essa característica aparece com nitidez nas

entrevistas, quando, a todo instante, o produtor traça as suas estratégias, de acordo com o que espera obter de retorno. Mede as palavras ou, quando não as mede, se contradiz, refazendo o discurso.

O produtor rural tem consciência do seu limite. Sabe até onde pode ir e quando é preciso parar e negociar. Vive do presente, de onde tira a exata consciência de suas fronteiras, e de onde sustenta o seu pessimismo, “capaz de desculpar e até justificar qualquer coisa” (Maffesoli, 1984:88). Por isso, não acredita mais em promessas, em projetos para o futuro, mas também não se lamenta. Quer manter a sobrevivência do presente e só por esse objetivo é capaz de mudar o discurso.

Maffesoli explica que a melancolia, a tristeza, na vida cotidiana, origina-se da tensão existente entre a consciência do limite e o irreprimível querer viver. “O drama da sobrevivência impede o nivelamento imposto pela ideologia da felicidade. (...) As conversas à mesa, as discussões durante os trabalhos dos campos, os discursos depois da bebida, as conversas de fim de noite evidenciam essa necessidade de “aceitar seu destino”(Maffesoli, 1984:96).

O cinismo, para Maffesoli, é a arma do pobre. “Se recusa ou zomba das justificações e teorias *a priori*, se pouco considera os valores econômicos, não é por secura do coração ou por falta de generosidade de espírito, mas, ao contrário, porque o que o preocupa é o investimento do presente, é a vida no presente que faz pouco de todos os projetos e dever-ser” (Maffesoli, 1984:127).

O conhecimento da situação em que se vive e dos limites de cada um, que aparecem com ênfase em várias entrevistas, faz parte do acervo social do conhecimento. Berger e Luckmann exemplificam: “(...) sei que sou pobre, que por conseguinte não posso esperar viver num bairro elegante” (Berger e Luckmann, 1995:62). Este conhecimento, dizem eles, é partilhado tanto pelos que se sentem pobres como pelos que se acham em situação mais privilegiada. É a participação no acervo social do conhecimento, segundo os autores, que permite a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de forma apropriada.

É por isso que o produtor rural da região, ao mesmo tempo em que se deslumbra com o que vê ou ouve sobre experiências em outros Estados, manifesta sempre a impotência de quem sabe que, ao voltar a realidade, vai enfrentar os bolsos vazios, a falta de estrutura e o pouco caso das autoridades da região. Daí a origem da melancolia e da tristeza presentes no olhar.

2.5. Considerações

No caso dos produtores rurais de São Sebastião do Boto e de Manápolis existe todo um repertório que confirma a existência de vários tipos de leitura para a mesma mensagem, de onde se pode afirmar que é um processo seletivo que pode resultar tanto no uso como apenas no consumo de informações.

Porém, o leitor-receptor-produtor rural do Amazonas traça a sua trilha guiado mais pelas contingências do dia-a-dia. Ou seja, no processo de seleção, o que pesa mais é a realidade cotidiana - a falta de dinheiro, de instrução, de infra-estrutura para adotar e até para receber as informações. A experiência e o conhecimento que possuem da área agrícola também estão presentes no processo, mas, ao que parece, servem apenas como indicadores para lamentarem o que não podem adotar por falta de condições.

Digamos que o produtor rural do Amazonas tem muito claro qual seria a trilha a seguir, se houvesse a possibilidade de opção. Essa clareza vem do conhecimento, da experiência a toda hora presente no discurso, seja para argumentar a favor ou contra as informações técnicas transmitidas pelos meios de comunicação.

O produtor rural faz uma nítida diferença entre o seu conhecimento e o dos técnicos, comparação usada para mostrar que não frequentou escola, pelo menos não suficientemente, mas pode argumentar de igual para igual. É ele quem determina até onde esse conhecimento é suficiente e em que momento precisa solicitar a ajuda do especialista - uma visão clara da distribuição social do conhecimento.

É nesse espaço, o do conhecimento, que trafegam com maior desenvoltura - cedem espaço aos técnicos quando precisam ou quando convém, barganham se preciso, calam se necessário. A sobrevivência fala mais alto, num jogo em que escondem algumas cartas, mas sabem a quem recorrer quando precisam, alimentando a cadeia do conhecimento, a partir dos problemas enfrentados no dia-a-dia.

É também pelo espaço do conhecimento, ou melhor, do desconhecimento, da necessidade de informação, de orientação, por onde ocorre o que se chama de *agenda-setting*, não no sentido único da influência sobre a agenda pública, mas também de forma inversa, quando se trata da relação com o técnico (pesquisador, extensionista). Quando o produtor procura o técnico, sentindo necessidade de orientação, torna-se mais vulnerável às suas influências. Mas o técnico também torna-se vulnerável quando sente que o produtor domina determinado assunto melhor do que ele. E também se deixa influenciar, adotando no projeto

sugestões do produtor rural, ainda que isso ocorra em menor escala. Passa a existir um acordo de cavalheiros, um pacto comunicativo entre emissor e receptor, que determina as suas fronteiras, mas que aceita negociações.

Esse processo não se repete no caso da agenda jornalística. O produtor rural do Amazonas não vive apenas no limite geográfico do país. A sua situação leva a refletir se o que ali se passa pode ser caracterizado como comunicação de massa. Aliás, o que se vê é que, no contexto de precariedade em que vivem, os conceitos flutuam, derrapam. Vejamos: a comunicação de massa veicula as produções simbólicas que circulam na sociedade. Fala para todo e qualquer público, mas fala na direção de uma sociedade que representa o consenso.

Ora, o produtor rural do Amazonas, na maioria dos casos, sequer incorporou na prática a acumulação capitalista. Como visto em outro capítulo, a economia praticada é de subsistência. A promessa de riqueza não é suficiente para que adote as informações que lhes são sugeridas. Existe uma forte tradição da economia de subsistência herdada dos seus antepassados, acostumados a plantar e a pescar apenas o suficiente para satisfazer o dia-a-dia da família.

Enquanto a sociedade industrial está preocupada em automatizar cada vez mais a produção agrícola, combinando as mais modernas máquinas com os mais avançados conhecimentos nas áreas de genética e biotecnologia, o produtor rural do Amazonas precisa se defender da enchente do rio, da falta de dinheiro e de infra-estrutura, para garantir pelo menos a subsistência da família. A comercialização da produção agrícola é uma luz que ainda vislumbra sem muita nitidez.

As diferenças também se processam no domínio das comunicações. O século 20 tornou a aldeia global um fato. O uso de computadores é uma realidade que vem modificando a relação com a notícia, com o acontecimento, agora obtidos em tempo real, *on line*. As TV's a cabo e por assinatura oferecem uma variedade de canais, de assuntos, que pulverizam hoje a própria concepção de massa, disseminando entre os estudiosos da comunicação a dúvida de que ainda perdure o que outrora se chamava de comunicação de massa. Que massa? A dúvida suscita um debate interessante, mas o que interessa aqui mostrar é que o produtor rural do Amazonas sequer conseguiu incorporar, na sua vida cotidiana, meios de comunicação como a TV e os impressos, a não ser nos pequenos espaços a que se dá a esse luxo - quando se desloca até a casa do vizinho, depois de um dia exaustivo de trabalho, ou quando lê com atraso as notícias que muita gente tem acesso em tempo real.

Pessoas como os produtores rurais do Amazonas não figuram nos mapas de audiência. Não são contabilizados como público, na acepção simplista do termo, que o vincula com massa, com consumo de

informações, haja vista que não interagem com os seus emissores, não são considerados como fatia de público que tenha peso nas decisões das programações, principalmente em nível nacional. É o que aparece, quando reclamam, por exemplo, de o *Globo Rural* não fazer matérias sobre as dificuldades de produção agrícola na região Norte.

Também não figuram como público no conceito harbermasiano, iluminista, que toma a palavra no sentido de opinião pública, de uma esfera pública informada, esclarecida, tendo como sujeito o público, enquanto portador de opinião pública, a quem compete publicizá-la. O espaço público do produtor rural, em que publiciza a sua opinião, se dá nos momentos em que divide audiência aos programas de televisão ou nas discussões daí geradas e que se estendem às reuniões de associação e aos bate-papos informais. O que predomina, nesses momentos, é a sensação de impotência por não terem conseguido entender determinados assuntos que consideram importantes e impotência até para publicizar a indignação com que alguns temas são tratados. Mais uma vez entra a consciência do limite, de que são apenas uma gota d'água que não irá alterar o rumo do oceano.

Mesmo assim, sem manifestar, o produtor rural do Amazonas, como qualquer outro leitor-receptor, ultrapassa os limites estabelecidos para as mensagens, fazendo a sua leitura embalado pelas dificuldades e pela sensação de impotência, que se manifestam em maior ou menor grau. É assim que ora se deixam dominar pela euforia, ora pela tristeza, pela melancolia e até pela revolta seca, calada. Viaja no mundo perfeito que é veiculado pelos meios de comunicação, levando-o a pensar que talvez os problemas só façam parte da sua realidade, do seu mundo à parte.

Quando pensa em tirar algum proveito do que vê ou ouve, enfrenta as barreiras naturais ou precisa usar de acrobacia para tentar adaptar algo à realidade em que vive.

V - CONCLUSÕES

A conclusão que se chega é que os produtores rurais de São Sebastião do Boto e de Manápolis precisam fazer um enorme esforço para tentar tirar de algum programa de comunicação informações que lhes sejam úteis no trabalho agrícola. Em primeiro lugar, porque “utilidade” na realidade em que vivem, ocupa um lugar que se estreita cada vez mais, espremida pela falta de dinheiro, de incentivo, de infra-estrutura. Basta dizer que Manápolis é uma área de assentamento localizada em um ramal 18 km distante da pista, 130 km de Rio Preto da Eva, município mais próximo, e que não possui transporte para escoar a produção. Difícil acreditar que o Governo tenha pretendido fazer dali um pólo agrícola.

A condição precária em que ambas as comunidades vivem é que impõe os limites do que podem ou não usar. Uma escolha que deixa sempre um rastro de melancolia, de tristeza e de frustração. Sentimentos que também aparecem quando os produtores rurais tentam transportar as informações dos meios de comunicação para o dia-a-dia, correndo atrás dos incentivos, das linhas de crédito anunciadas. É quando descobrem que o Brasil, às vezes, não chega até as suas porteiras.

Percebe-se que o produtor rural, mesmo quando avalia que uma informação lhe será útil, benéfica, não possui o poder de transformá-la em ação. A realidade é que impõe o limite, é quem dita as regras. Ainda assim, verifica-se também que as informações divulgadas pelos meios de comunicação (principalmente as rádios locais) e que chegam até o meio rural não trazem a preocupação em atingir de fato o público a que se destina. Não falam dos problemas da região, das dificuldades e de alternativas. Ignoram tudo isso, talvez por censura, auto-censura ou desconhecimento mesmo. Transformam o jogo da comunicação em um espaço em que reina a hipocrisia: o emissor finge que está preocupado em ser útil ao público e o receptor finge que está satisfeito.

Esse mesmo jogo é transportado para o campo, onde predominam os interesses. As instituições que trabalham com o produtor agrícola da região precisam colocar em prática seus projetos. O produtor precisa da verba para sobreviver. Assim, ainda que eles nem se apercebam, um vai usando o outro em um jogo em que ambos têm o mesmo objetivo: manter-se vivo.

Ainda com todos os limites impostos pela realidade cotidiana, é possível dizer que:

- os produtores usam as informações que recebem dos *media*, de acordo com a leitura que fazem da mensagem, adaptando-as às suas condições e necessidades;

- escolhem os programas que mais se aproximam da sua realidade;
- selecionam as informações que irão usar no campo adotando como critérios a proximidade com a realidade e a disponibilidade financeira;
- a leitura e o julgamento que cada um faz das informações recebidas são influenciados pela experiência, pelo conhecimento adquirido ao longo dos anos;
- os produtores rurais dão às informações os seguintes destinos (às vezes escolhem mais de uma opção): usam, transmitem/interpretam para os outros, armazenam como possibilidades ou ignoram/descartam. A maioria, devido às restrições financeiras, armazenam como possibilidades a serem sacadas em momento propício;
- a consciência do que o produtor rural considera ser o seu limite, torna-o pessimista, cínico, levando-o a acreditar que ninguém se importará com suas reclamações. Por isto e também por medo de represálias, prefere manter-se calado;
- o descontentamento com as informações recebidas, mesmo as que são repassadas diretamente dos técnicos (pesquisadores ou extensionistas), nem sempre é manifestado. Quando não concorda com as informações, mesmo tendo argumentos fortes para contestar, o produtor rural prefere permanecer calado, trocando o silêncio por recursos que lhe garantam a sobrevivência.

É preciso ressaltar que os julgamentos que os produtores rurais fazem das informações recebidas e que resultam na seleção do que irão ou não utilizar no campo, não são uniformes. Dependem da experiência e do conhecimento individual, ingredientes que variam de pessoa para pessoa e de ocasião para ocasião. Não é porque moram na mesma comunidade e partilham de problemas semelhantes que efetuam a mesma leitura da realidade.

A leitura passa por uma negociação de sentido, de mediação entre emissor e receptor. Entre o que se quer dizer e o que é entendido. Um raciocínio calcado em dois fatores: no fato de existirem várias formas de leitura, de audiência, e de coexistirem várias interpretações potenciais em qualquer texto. A polissemia da recepção e do próprio texto, por si só, já descarta qualquer possibilidade de tomarmos o discurso como possuindo um único e só efeito.

O emissor que se aventura a desbravar o canal de comunicação com o produtor rural da região deve não só ter isso em mente, como manter a disposição de fazer do veículo um espaço democrático em que o receptor tenha direito à voz. Os programas de comunicação devem guardar o medo de ouvir o público, para poder acompanhar a dinamicidade com que se

movimenta a realidade cotidiana, às vezes parecendo ser em câmara lenta, quando, na verdade, esconde um furacão.

Este trabalho se propõe a polemizar o espaço da comunicação, visto com os olhos do receptor. Mas não pode deixar de indicar como propostas a serem inseridas nos programas de comunicação das instituições que trabalham com o produtor rural da região, itens que aparecem como falhas, como ruídos aos métodos hoje empregados.

Os ruídos são:

- o conteúdo dos programas estão distantes da realidade do produtor rural da região;
- são de difícil compreensão;
- não existe comunicação entre emissor e receptor.

Propõe-se:

- programas com edição discutida por um conselho formado com a participação do receptor;
- espaço para que o receptor dê depoimentos, faça perguntas e obtenha as suas respostas;
- mobilidade do emissor para que possa ir as mais diversas áreas do Estado, entrevistando os produtores e procurando os técnicos e autoridades para sanar dúvidas;
- a Comunicação trabalhar em conjunto com os profissionais da Difusão e Transferência de Tecnologia, para que o que está sendo divulgado pelo veículo possa ser explicado com mais detalhes no campo e vice-versa;
- que as sugestões veiculadas pelos *media* (TV e rádio) sejam enviadas por escrito, de forma detalhada, aos produtores da região;
- o óbvio: ser cada vez mais claro, forçando a que os técnicos traduzam para o cotidiano as suas fórmulas, as suas teorias.

Se os técnicos - pesquisadores, extensionistas e comunicólogos - não se expuserem mais, não procurarem conhecer o resultado de seus trabalhos e não mantiverem a flexibilidade de modificá-los, de fazer uma reengenharia sempre que necessário, podem ficar certos de que um dia serão cobrados por seus parceiros produtores rurais. Continuando a agir com indiferença, um dia serão surpreendidos por uma sociedade que lhes cobrará retorno em forma de benefícios. E aí, algumas portas tenderão a ser fechadas.

Nesse cenário, de pobreza e de exclusão em que vive o produtor rural, não se pode perder de vista o que mostra a pesquisa. Ou seja, mesmo

as pessoas menos favorecidas social e intelectualmente são capazes de vislumbrar a realidade de forma crítica. Mesmo afastadas dos debates sobre o monopólio nos meios de comunicação, sobre o uso dos *media* como porta-voz das elites, são capazes de perceber (à sua maneira, fazendo uso de tudo que já viveram até aqui) quando estão sendo utilizados como massa de manobra.

Em resumo: ter uma visão crítica da realidade, fazer uma leitura crítica dos *media* não é privilégio dos que frequentaram os bancos de escola, dos que têm acesso a um maior número de informações.

Pelas entrevistas feitas com os produtores rurais de São Sebastião do Boto e de Manápolis fica claro que, no processo de comunicação, não há, absolutamente, a simples absorção da mensagem, de um discurso único. Vai ter sempre uma hora em que o receptor, seja de que camada social for, vai reagir: opa, isso não é bem assim...

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, T. W. e Horkheimer, M.
Dialética do Esclarecimento. RJ, Zahar, 1986.
- Assoun, Paul-Laurent
A Escola de Frankfurt. SP, Ática, 1991.
- Barbero, Jesús-Martín
América Latina e os anos recentes: o estudo da Recepção em Comunicação Social. In “Sujeito, o lado oculto do Receptor”. Mauro Wilton de Sousa (Org.). ECA/USP, Brasiliense, 1995.
- Barros Filho, Clóvis de
Ética na Comunicação - da informação ao receptor. SP, Moderna, 1995.
- Becker, Howards
Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. SP, Hucitec, 1994.
- Berger, P. e Luckmann, T.
A Construção Social da Realidade - Tratado sobre Sociologia do Conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1985.
- Bruyne, Paul de, Herman, Jacques e Schoutheete, Marc de
Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Os pólos da prática metodológica. RJ, F. Alves, 1977.
- Carvalho, Aspásia e Nunes, Márcia
Como fazer uma entrevista? Texto não publicado.
- Certeau, Michel de
A Invenção do Cotidiano. RJ, Vozes, 1994.
- Chesneaux, Jean
Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. Ática.
- Chizzotti, Antonio
Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. SP, Cortez, 1991.

- DaMatta, Roberto
Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social. RJ, Rocco, 1993.
- Del Pino, Dino
Espaços da Comunicação: Incursão. Compós, 1995.
- Diogo, Doris Rangel
Sobre a noção de Sujeito - notas e questões. Compós, 1995.
- Duarte, Adriano
Comunicação e Cultura. Lisboa, Presença, 1993.

Estratégias da Comunicação. Lisboa, Presença, 1990.
- Eco, Umberto
Seis Passeios pelos Bosques da Ficção. SP, Schwarcz, 1994.

Os Limites da Interpretação. SP, Perspectiva, 1995.
- Fausto Neto, Antônio
O Outro Telejornal - Condições de Recepção das informações televisivas. Compós, 1995.

A sentença dos *Media* - O discurso antecipatório do *impeachment* de Collor. In "Brasil, Comunicação, Cultura e Política". Compós, Diadorim, 1994.

A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção. In "Sujeito, o lado oculto do Receptor". Mauro Wilton de Sousa (Org.). ECA/USP, Brasiliense, 1995.
- Fiorin, José Luiz
Polifonia Textual e Discursiva. In "Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade". Edusp, 1994
- .Galtung, J. e Ruge, M. H.
A estrutura do noticiário estrangeiro - A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In "Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias". Lisboa, Vega, 1993.

- Goffman, Erving
A representação do Eu na vida cotidiana. RJ, Vozes, 1995.
- Gomes, Djalma da Paz
O rádio - instrumento de mudanças no interior. Monografia apresentada, em 1995, na Universidade do Amazonas.
- Gomes, Itania
Recepção e Mediações. Crítica à filiação crítica dos estudos de Recepção. Compós, 1995.
- Gomes, Pedro Gilberto
Recepção: um debate necessário. Compós, 1995.
- Goode, William J. e Hatt, Paul K.
Métodos em Pesquisa Social. SP, Nacional, 1977.
- Incra
Ante-projeto de assentamento do Iporá. AM, 1991.
- Jacks, Nilda
Pesquisa de Recepção: investigadores, paradigmas, contribuições latino-americanas. Entrevista com Guillermo Orozco. Intercom - Revista Bras. de Comunicação. SP, Vol. XVI, nº 1.
- Maffesoli, Michel
A Conquista do Presente. RJ, Rocco, 1984.
- Marcondes Filho, Ciro
O capital da notícia. SP, Ática, 1989.
- Marconi, Marina e Lakatos, Eva Maria
Técnicas de Pesquisa. SP, Atlas, 1990.
- Matos, Rita de C. A.
A orgia dos objetos - um estudo sobre Recepção, Publicidade e "Excluídos". Compós, 1995.

Menezes, Adélia Bezerra de

Memória e Ficção (Aristóteles, Freud e a Memória). In “Do Poder da Palavra: Ensaios de Literatura e Psicanálise”. SP, Duas Cidades, 1995.

Monteiro, Sílvio T.

Estudo descritivo da área e público do Estado do Amazonas, de interesse para as agências de desenvolvimento rural. AM, Emater, 1978.

Migrações no Médio Amazonas. Texto apresentado no VI Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), na USP, em 1979.

Anotações para uma história rural do Médio Amazonas. AM, Emater, 1981.

Elementos para interpretação de comunidades rurais amazonenses. AM, 1980.

Interação agente-produtor no processo de difusão de inovações no município de Tefé - AM. AM, Emater, 1978.

Difusão e adoção de tecnologia rural orientados pelo risco no Estado do Amazonas. Série estudos sócio-econômicos do Estado do Amazonas, nº 1. AM, 1978.

Noda, Sandra do N.

Os processos de trabalho nos sistemas de produção de agricultura familiares na várzea do Estado do Amazonas. In “II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção”, 1995.

Pousio: um componente técnico do sistema de produção tradicional de ecossistema de várzea do Estado do Amazonas. In “II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção”, 1995.

Nogueira, Oracy

Pesquisa Social. Introdução às suas técnicas. SP, Nacional, 1975.

Núcleo de Estatísticas Básicas do Codeama

Perfil Municipal do Estado do Amazonas. AM, 1992.

Oliveira, Luiz Antonio

Perfil das condições de vida na Amazônia. Texto apresentado no Seminário “População Amazônica: Tendências Recentes e Perspectivas”, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, em Manaus/AM, em 1996.

Orlandi, Eni P.

Discurso Fundador. SP, Pontes, 1993.

A Linguagem e seu funcionamento: as formas do Discurso. SP, Brasiliense, 1983.

Discurso e Leitura. SP, Cortez, 1993.

Orlandi, Eni P, Guimarães, Eduardo e Tarallo, Fernando

Vozes e Contrastes. Discurso na Cidade e no Campo. SP, Cortez, 1989.

Paes, Francisco Moraes

Sobre a História Narrativa: (n) a promoção da escrita criativa. Santa Maria, Letras, 1993.

Phillips, Bernard S.

Pesquisa Social - estratégias e táticas. RJ, Agir, 1974.

Rocco, Mariã T. F.

Linguagem autoritária: televisão e persuasão. SP, Brasiliense, 1989.

Romano, Maria Carmen

Análise da composição textual das telenovelas - percurso necessário para pensar o fenômeno da recepção? Compós, 1995.

Ronsini, Veneza M.

O que acontece aqui e “lá no fim do mundo”: como pensar esta relação nos estudos de Recepção. Compós, 1995.

Salomon, Délcio

Como fazer uma monografia. SP, Martins Fontes, 1994.

- Santos, Boaventura de Sousa
Pela Mão de Alice. SP, Cortez, 1996.
- Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. RJ, Graal, 1989.
- Sebrae
Diagnóstico sócio-econômico e cadastro empresarial de Parintins.
AM, 1993.
- Serviço de Informações Municipais do ICOTI
Informações básicas do município de Rio Preto da Eva. AM, 1994.
- Sfez, Lucien
Crítica da Comunicação. SP, Loyola, 1994.
- Silva, Regina Coeli da S. e S.
A recepção e a decodificação da televisão. Compós, 1995.
- Sousa, Mauro W. de
Recepção e Comunicação: a busca do sujeito. In “Sujeito, o lado
oculto do Receptor” (Org.). ECA/USP, Brasiliense, 1995.
- Stan, Robert
Dialogismo cultural e textual. In “Da teoria literária à comunicação
de massa”. SP, Ática, 1992.
- Stort, Eliana V. R.
Cultura, Imaginação e Conhecimento. SP/Unicamp.
- Teixeira, Maria C. S.
Sócio-Antropologia do Cotidiano: a abordagem de Michel Maffesoli.
In “Antropologia, Cotidiano e Educação”. RJ, Imago, 1990.
- Tilburg, João Luís van
Arquitetura do Espaço - Tempo Televisivo. Compós, 1995.

Traquina, Nelson

Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias” (Org.). Lisboa, Vega, 1993.

O Paradigma do “*Agenda-Setting*”: A redescoberta do poder do Jornalismo. 1995. Texto ainda não publicado.

Triviños, Augusto N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. SP, Atlas, 1995.

Wolff, Mauro

Teorias da Comunicação. Lisboa, Presença, 1987.